

O QUE É UMA CASA ?

PEDRO PEREIRA E JOSÉ CARLOS LOUREIRO
[ORGS.]



O QUE É UMA CASA?

OLHARES DA ANTROPOLOGIA, DA
ARQUITETURA E DO DESIGN

Titulo: O que é uma casa?
Edição: Centro de Estudos Regionais
Organizadores: Pedro Pereira e José Carlos Loureiro
Local: Viana do Castelo
Tiragem: 500 exemplares
Capa: Rui Cavaleiro
Composição e arranjo gráfico: Francisco Araújo e Helder Dias
Impressão e acabamentos: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.
Primeira edição: Junho 2022
ISBN: 978-972-9397-86-8
Depósito legal: 000000/22

Esta obra tem o apoio da DGCN, do IPVC e é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do financiamento plurianual da unidade de I&D (UID/04038/2020).

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
PRELÚDIO	
A casa tem uma história <i>José Carlos Loureiro</i>	9
DA ANTROPOLOGIA	
A casa e a confiança. <i>João Pina-Cabral</i>	25
A casa como paradoxo e como perspectiva. <i>Ramon Sarró</i>	39
Vamos lá <i>cachерizar</i> a tua cozinha. <i>Marina Pignatelli</i>	47
O que é uma casa? Tradução de tradições, dois decálogos e um objeto. <i>Paulo Castro Seixas e Isabel de Oliveira Seixas</i>	53
#nãofiqueemcasa <i>Lorenzo Bordonaro</i>	63
Noções de “lar” e “conforto” num grupo de requerentes de asilo na Dinamarca. <i>Marta Lemos</i>	71
O que é uma casa? <i>Diego Amoedo</i>	79
Mi hogar durante la pandemia: mismos espacios nuevas dinámicas. <i>David de Ángel García</i>	87

Sua casa é a sua igreja: mística
midiática e a espiritualidade. 95
Celeide Valadares e Emerson Silveira

Casa-viagem. 105
Pedro Pereira

DA ARQUITETURA

Fica em casa. 115
Jorge Teixeira

Uma casa... De certeza. 123
Manuel Rivas Gulías

E se as casas tivessem asas. 129
Rui Cavaleiro

DO DESIGN

O nosso abrigo. 139
João Martins

A domus em tempos de pandemia. 147
Liliana Soares e Ermanno Avaro

Casa: espaço e apropriação. 153
Luis Mota

Casa-sujeito. 159
Helder Dias

A Casa como Estado de Ser. 167
Ana Curralo

NOTAS CURRICULARES 175

INTRODUÇÃO

Nascido num período de afirmação do movimento associativo, no contexto nacional, e de crescente reconhecimento internacional da relevância do património cultural, o Centro de Estudos Regionais emerge, em 1978, como um espaço de reflexão, investigação e divulgação cultural, que tem contribuído para o conhecimento e desenvolvimento da região noroeste de Portugal, de um modo particular do Alto Minho. Apesar de se inscrever no espaço local, o Centro de Estudos Regionais tem enjeitado uma postura de localismo, de fechamento sobre si, e a absolutização de uma ideia de região e de identidade. Pelo contrário, tem estimulado o pensar local e o decidir local, tendo em consideração as dinâmicas sociais e culturais nacionais, transnacionais e globais. Nesse sentido, atentos à paisagem social, que se reveste de continuidades e mudanças, por vezes catalisadas por acontecimentos globais como é o caso da pandemia covid-19, considerou-se que este fenómeno, que implicou o confinamento em 2020 e 2021 em Portugal e noutros países, justificaria a nossa reflexão.

Cientes de que muito se tem falado e escrito sobre esta experiência, sobretudo nas suas

dimensões biomédicas, pareceu aos organizadores deste livro que seria pertinente produzir-se uma reflexão alternativa às dominantes narrativas biomédicas, bem como mediáticas e políticas sobre a covid-19 e o conseqüente confinamento, procurando privilegiar as dimensões sociais e humanas, focando a sua atenção nas pessoas e nos lugares, concretamente na casa. Por certo, este lugar e as relações sociais nele estabelecidas, não passaram incólumes nem à doença e nem às estratégias preventivas e terapêuticas.

Assim, desafiaram-se académicos de três campos particulares do conhecimento – antropologia, arquitetura e design – a responderem à pergunta: o que é uma casa?

Considerando a sua área de formação, cada autor redigiu um breve ensaio onde, com inteira liberdade de pensamento, expressou uma reflexão pessoal sobre as mudanças e continuidades resultantes da pandemia covid-19 e do confinamento, tendo como centro de observação e análise a casa. A reflexão dos autores é devolvida à academia, espaço de onde parcialmente emanou, e partilhada com a sociedade através desta publicação. No fundo, ela constitui uma forma de inquietação que salta os muros da academia abrindo-se à sociedade mais ampla.

Pedro Pereira e José Carlos Loureiro

PRELÚDIO

A CASA TEM UMA HISTÓRIA

Tomamos dois dicionários da História de Portugal. Na edição mais antiga, dirigida por Joel Serrão, encontramos a entrada *casas*. O plural pareceu-nos uma opção adequada, dado que não existe um modelo de casa, mas uma diversidade de padrões e de materializações ao longo da história. Mais apropriada nos pareceu a escolha quando percebemos que o artigo assenta numa caracterização dos diferentes tipos de casas existentes no território português, lavrada pelo etnólogo Ernesto Veiga de Oliveira. Na edição mais recente, dirigida por Maria Cândida Proença, em vão procuramos uma entrada sobre a casa. Esperávamos uma nova síntese, mas encontramos o silêncio. Não deixa de ser singular que havendo hoje um conhecimento mais profundo sobre a história da casa, esta não tenha expressão na edição mais recente. É certo que, como escreveu Daniel Roche, “a casa está no centro da vida corrente das pessoas” (1998, p. 95), pelo que olvidar o tema pode resultar desse excesso de presença.

Asseverar que conhecemos melhor a história da casa, em boa medida consequência do crescente interesse pela história da vida privada e da civilização material, não impede que reconheçamos a

existência de muitas lacunas e de áreas sombreadas na sua composição. Em relação a diferentes épocas, as fontes são escassas, omissas e de difícil interpretação. Justifica-se, portanto, que o labor dos historiadores, arqueólogos, antropólogos, designers e arquitetos tenha restituído um conhecimento incompleto e desigual (por exemplo, conhecemos melhor a casa urbana do que a rural), quer do ponto de vista geográfico quer tomando em consideração a cronologia.

Entre a necessidade primordial de um abrigo e o reconhecimento da habitação como um direito, a casa tem sido imaginada, entendida, concretizada e vivenciada de muitas formas. Nas páginas que seguem, ensaiamos uma abordagem a essa longa história, focando-nos na questão da privacidade e dedicando particular atenção ao mundo ocidental e ao caso português.

A casa como útero e sarcófago da vida

Escreveu Gaston Bachelard, na *A Poética do Espaço*, que a “vida começa bem, começa fechada, protegida, agasalhada no regaço da casa” (2000, p. 26). Para muitas gerações, a casa acompanhou integralmente o ciclo vital, foi o cubículo onde se nasceu, o local onde se morou e trabalhou e o leito onde se feneceu. Durante muitos séculos,

como notou Phillippe Ariès, em *O Homem perante a Morte* (1988), o moribundo devia estar no centro de uma assembleia; a morte era domada e pública, um acontecimento com que se estava familiarizando. Com o tempo, a *ars moriendi* foi esquecida e o leito deixou o compartimento doméstico para se deslocar, na maior parte das vezes, para o hospital. Na casa românica portuguesa, a cama era o mobiliário mais importante, a par das arcas, bancos e banquetas (Conde, 2010, p. 60). A cama gótica mantém a condição de mobiliário mais relevante das habitações e quem tivesse, nos séculos XII e XIII, “uma junta de bois, quarenta ovelhas, um jumento e *duas camas* passava da condição social de peão para a de cavaleiro” (Marques, 2010, p. 103). Os despossados, pelo menos até ao séc. XVIII, dormiam na palha, sem uma tábua a servir de cama. Por vezes, recorriam à mesa ou à arca. Em casas despojadas de móveis, as camas serviam para deitar, reclinar e sentar. Muitas eram desmontáveis e, na hora de dormir, acolhiam várias pessoas. Note-se que falamos de cama e não de um quarto de dormir, muito menos de um “quarto só para si” (Virgínia Wolf), invenção recente na história ocidental, ignorada noutras geografias. Convém aludir que na história há longas permanências: o *Inquérito à habitação rural*, realizado em Portugal, em 1943 e 1947, dava conta da falta de camas para

as famílias e de outras condições materiais que “parece dilatar-se de um tempo medieval para dentro de um século XX português” (Ramos, 2010, p. 66).

Na casa medieval não havia privacidade. Esta ausência de privacidade social conservar-se-á até meados do séc. XIX, para a maior parte das classes menos abastadas. Em muitos casos, em Portugal, prolongar-se-á até ao século XX. Durante séculos, os aprendizes coabitavam com o mestre e os caixeiros viviam na mesma casa do mercador que os empregava. Nos meios populares a exiguidade dos espaços de habitação convertia o desejo de privacidade numa veleidade. No Soajo, na década de 40 do séc. XX, uma cama de ferro e um tabuleiro de madeira, colocado na mesma divisão, serviam para sete membros da família pernoitarem (Cascão, 2011, p. 35). Na verdade, o quarto para si é um símbolo de conforto burguês. Com o tempo, paulatinamente, “a ideia de privacidade baixava das classes altas para as classes baixas”, como habilmente sintetizou Edward Shorter (1995, p. 51). Progressivamente, a alcova adquire o estatuto de santuário conjugal. Preservar a intimidade do casal passa a ser uma preocupação na época oitocentista. Porém, sobre o leito conjugal há uma nova vigilância, aquela que decorre de uma prolixa literatura médica e higienista. O médico torna-se o perito; é aquele cujo conhecimento auxilia ao cumprimento do

casamento: “Toda a esposa deve um dia tornar-se mãe” (Adler, 1990, p. 113).

Se inicialmente o nascimento, o casamento e a morte eram acontecimentos assinalados pela intervenção da comunidade, com a entrada na contemporaneidade foram remetidos para a esfera da intimidade e da domesticidade. A mulher conformou-se à condição de doméstica e o homem começou a demorar-se mais tempo em casa. O séc. XVII, nos Países Baixos, encetou a “feminização da casa” (Rybczynski, 2015, p. 70) e o trabalho e a gestão da vida doméstica tornaram-se prerrogativa da mulher.

O século XX quase nos *expulsou* de casa. Recorde-se que o trabalho já tinha tido o mesmo destino, na sociedade nascida com a industrialização. Esgotamos, homens e mulheres, mais tempo no local de trabalho, nas deslocações, nas atividades de lazer fora da habitação do que no reduto da casa. Esta, mais do que habitada, é uma cenografia. Como notou Daniel Le Breton, na casa dominada pela funcionalidade, o corpo é “desenraizado de toda a existência, sem história, sem qualidades, simples volume” (2000, p. 110). As elites, as estrelas mediáticas e os políticos foram dos primeiros a promover o recuo da intimidade, partilhando fotografias e expondo publicamente pormenores da vida doméstica. A experiência da pandemia,

declarada em 2020, sujeitou-nos ao recolhimento no espaço que quase não habitávamos. Para muitos, foi o encontro com uma morada desconhecida; para outros tantos, o centro de tensões e violência. Porém, conformou-se uma nova forma de domesticidade, em que a privacidade foi reiteradamente macerada pela câmara panóptica ligada à internet. O tempo e o espaço foram amalgamados, as fronteiras entre público e privado diluídas e a casa, onde já ninguém nasce e quase ninguém morre, voltou a ser local de trabalho.

A casa como refúgio e fortaleza

A casa é um refúgio, um abrigo onde nos defendemos das adversidades do exterior. Mesmo, “a mais frágil das habitações, (...) a tenda dos nómadas” (Braudel, 1992, p. 237). A proteção em relação aos elementos naturais, às contrariedades meteorológicas, à ferocidade dos animais conduziu o homem a edificar estruturas, mais simples ou complexas, onde poderia habitar e manter a existência do grupo. De acordo com o Dicionário de Português Houaiss, o refúgio é o “lugar para onde se foge para escapar a um perigo”. A casa partilha com Deus essa qualidade: “Deus é o nosso refúgio e a nossa força” (Salmo 46:2); “Ó Senhor meu, refugio-me em Ti por perguntar acerca do que ignoro e, se não me

perdoares e Te compadeceres em mim, serei um dos desventurados” (Alcorão, sura 11^a, versículo 47). Com Mircea Eliade, em *O Sagrado e o Profano. A essência das Religiões*, aprendemos que, qualquer que seja a sociedade e o seu estágio de civilização, a habitação é sempre santificada. Os romanos, presentes no atual território português desde o séc. II a.C., mantinham nas suas casas o *lararium*, onde o *pater familias* realizava oferendas e orações às divindades protetoras do lar. Na Idade Média, segundo Oliveira Marques, rezavam-se as horas canónicas em casa e eram comuns santuários compostos por imagens de santos e lâmpadas votivas. Tradição que permanecerá até aos dias de hoje, nos oratórios domésticos. Por vezes, hodiernamente, nestes pequenos altares domésticos, Cristo crucificado, a Virgem Maria e os santos partilham a tábua com símbolos e imagens de outras divindades e religiões. Pelo século XVII, entre a nobreza portuguesa, tornou-se moda as casas possuírem uma capela particular, anexa à casa (Olival, 2011, p. 259). Na verdade, convocamos as forças sagradas para proteger a casa e os seus habitantes. Em tempos de desafetação, o que convocaram os homens perante a ameaça pandémica?

Sob as mais diversas formas e recorrendo a materiais distintos, a casa é uma fortaleza. A frágil cabana do Bronze Final, de planta circular, parece

ter-se “petrificado” na casa castreja, marcando a paisagem do Noroeste peninsular. No período romano, a *domus* fechava-se ao exterior, para valorizar a abertura interna do átrio. A insegurança dos primeiros séculos da época medieval obrigou os mais ricos a encontrar proteção em redutos fortificados, construídos em altura. A igreja românica comungou as paredes grossas e a ideia de torre com as construções civis e militares. A abadia cisterciense erguia-se à imagem da Mansão do Pai, da Jerusalém Celeste, como “cidadela do bem, inexpugnável, guarnecida de torres, sofrendo as investidas das forças do mal, mas desafiando-as” (Duby, 1997, p. 54). No séc. XVI, a traça das residências senhoriais portuguesas ainda combinava a torre medieval com corpos edificadas segundo o gosto renascentista, o que se foi perdendo ao longo dos séculos subsequentes (Cunha & Monteiro, 2011, p. 206). Considerando os materiais, no decurso do séc. XVIII, a Europa é dotada de “um confortável capital de construções em pedra” (Roux, 1976, p. 171), o que contribuirá para a solidez, preservação e perenidade de muitos edifícios, incluindo os de habitação. O aço e o cimento dão continuidade a essa tendência, fazendo-nos esquecer a fragilidade de muitos abrigos do passado ou distanciando-nos das sociedades mais pobres e das franjas sociais desapaoadas, colaborando para a ideia da casa

como um investimento a longo prazo ou como uma mercadoria.

A morfologia da casa foi alterando com a passagem do tempo, respondendo às novas necessidades sociais e económicas. Se, em muitos casos perdeu o carácter robusto, ganhou o sentido de abrigo confortável onde o homem experimenta comodidade e bem-estar. A rua, no caso das vilas e cidades, é o lugar reservado à desordem. A fronteira entre o público e o privado fortalece-se para que a casa conserve a ordem da família e dos seus costumes. Como se notou na obra dirigida por Fernand Braudel, *Mediterrâneo. O Espaço e a História*, por toda a região mediterrânica, a casa protege a família, os bens materiais, os animais e, fundamentalmente, a honra (1987, p. 144). Torna-se, cada vez mais, inconcebível que o olhar do vizinho se imiscua no interior da residência que lhe fica em frente. A divisão interna da casa tende a especializar-se, com a afirmação da família nuclear e do indivíduo. A reivindicação do direito ao quarto é consequência dessa tendência. Não se trata aqui do gineceu grego ou da “câmara das damas”. Neste caso, a questão era de outra ordem. Com efeito, na casa nobre medieval, o perigo não ficava exclusivamente no exterior. A mulher personificava o pecado, pelo que era necessário vigiar e controlar a sua ação. A “câmara das damas” era considerada pelos homens como

“um principado” da parte feminina da família, “um Estado dentro do Estado” ocupado “por uma população hostil e sedutora” (Duby, 1987, p. 23). Quando nos referimos a especialização, tomamos a alteração da configuração do espaço interior que tende a separar, na época moderna e no caso das casas nobres portuguesas – onde pontificavam as famílias numerosas e a coabitação de “agregados familiares múltiplos” (Cunha & Monteiro, 2011, p. 222) –, os senhores dos serventes e a criar quartos de dormir isolados ou compartimentos para outras funções específicas.

A casa *fala* sobre o que valorizamos. A organização do espaço estabelece hierarquias que deixam transparecer formas de conceber o mundo, o trabalho, a família e a criança. Na *insula* romana, os pisos superiores albergam os mais pobres entre a plebe urbana. Na casa urbana medieval era comum destinar o piso térreo à loja ou oficina; a parte residencial situava-se no andar superior. Durante séculos, os animais (os irracionais) ocupavam o piso térreo e os homens (os racionais) o piso superior. Gizando a habitação de um nobre casado, José Manuel de Carvalho e Negreiros, no séc. XVIII, reserva o plano térreo para os quartos dos cocheiros; os primeiros mezaninos para o “quarto para criados graves”, o “quarto para filhos maiores” e os aposentados para o dono da casa; os últimos mezaninos para o “quar-

to para filhas, para criadas, para filhos até à idade de cinco anos” (Franco & Fiolhais, 2019, p. 404). Na casa contemporânea sobressai a *suite* conjugal, com casa de banho privada, espaço que não se partilha habitualmente com os filhos ou com os visitantes. No passado (veja-se o que nos diz Flandrin, 1984) como no presente, a vida doméstica é marcada por distinções relacionadas com o sangue, a idade, o sexo e a probidade dos membros da família.

Em tempos de pandemia, retiramo-nos nas casas. Uma vez, quando se conseguiu deixar a doença lá fora, foi fortaleza; outras, o asilo, lugar onde nos apartamos dos outros, porque estamos doentes. No agasalho da casa recuperamos, encerrados, apenas com uma janela aberta ao mundo ameaçador: a televisão e, fundamentalmente, o computador e o telemóvel. Os espaços no interior da casa tornaram-se permeáveis a novas funções, derrubando as fronteiras que a história ergueu: a sala é o escritório; o escritório é o quarto da criança de tenra idade, para que seja velada pela mãe enquanto esta trabalha; o quarto é a sala de aula, onde tudo se dispõe como se estivesse numa escola. Esboroaram-se muitos dos limites que a vida social e familiar tinha por “naturais”. Será que regressamos à primitividade da cabana, ao “sonho da cabana”, a que se referia Bachelard? O que é que mudou nas nossas casas que permanecerá para

além dos tempos de confinamento?

No cimo do prédio, uma torre com vários andares, à janela de um apartamento, virada para a rua deserta de onde provém a ameaça, fixa-se a esperançosa frase: “Vai tudo ficar bem”. A casa é sempre um lugar a partir do qual o homem perscruta o mundo, é um universo que traduz ideias. Nada nela é imutável. Contudo, há algo que perdura: “contra tudo e contra todos, a casa nos ajuda a dizer: serei um habitante do mundo, apesar do mundo” (Bachelard, 2000, p. 62).

Referências bibliográficas

Adler, L. (1990). *Segredos de Alcova (história do casal), 1850-1930*. Mem Martins: Terramar.

Ariès, P. (1988). *O Homem perante a Morte*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Bachelard, G. (2000). *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes.

Braudel, F. (dir) (1987). *O Mediterrâneo. O Espaço e a História*. Lisboa: Editorial Teorema.

Braudel, F. (dir) (1992). *Civilização material, Economia e Capitalismo (séc. XV-XVIII). As estruturas do quotidiano*. Lisboa: Editorial Teorema.

Cascão, R. (2011). Modos de habitar. In Mattoso, J. (dir.). *História da Vida Privada em Portugal. A Época contemporânea* [s.l]: Temas e Debates e Círculo de

Leitores.

Conde, S. (2010). A casa. In Mattoso, J. (dir.). *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média* [s.l.]: Temas e Debates e Círculo de Leitores.

Cunha, M. S. & Monteiro, N. G. (2011) *As grandes casas*. In Mattoso, J. (dir.). *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna* [s.l.]: Temas e Debates e Círculo de Leitores.

Duby, G. (1987). Mansión celeste y gineceo. El sueño feudal. In A&V, 12.

Duby, G. (1997). *São Bernardo e a arte cisterciense*. Porto: Edições ASA.

Eliade, M. (s.d.). *O Sagrado e o Profano. A essência das Religiões*. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”.

Flandrin, J.-L. (1984). *Familles. Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris: Éditions du Seuil.

Franco, J. E. & Fiolhais, C. (dir.) (2019). *Obras pioneiras da Cultura Portuguesa. Primeiras obras sobre arquitetura*. [s.l.]: Círculo de Leitores.

Le Breton, D. (2000). *Anthropologie du corps et modernité*. Paris: Quadrige/PUF.

Marques, A. H. O. (2010). *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Olival, F. (2011). Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios. In Mattoso, J. (dir.). *História da Vida Privada em Portugal. A Idade*

Moderna [s.l.]: Temas e Debates e Círculo de Leitores.

Proença, M. C. (2020). *Dicionário de História de Portugal*. [s.l.]: Círculo de Leitores.

Ramos, R. (2010). *A casa. Arquitetura e projecto doméstico na primeira metade do séc. XX português*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Roche, D. (1998) *História das Coisas Banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séc. XVII-XIX)*. Lisboa: Editorial Teorema.

Roux. S. (1976). *La Maison dans l'Histoire*. Paris: Albin Michel.

Rybczynski, W. (2015). *La casa. Historia de una idea*. Donostia-San Sabastián: Editorial Nerea.

Serrão, J. (dir.) (1990). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas.

Shorter, E (1995). *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar.

DA ANTROPOLOGIA

A CASA E A CONFIANÇA

As Nossas Casas

Em Portugal, a palavra inglesa *home*, com os seus ecos atomísticos, não descreve realmente a nossa experiência quotidiana; a vida doméstica portuguesa é marcada por sentimentos de participação e coexistência que ultrapassam em muito os limites materiais das nossas habitações. Tal como com as campas nos cemitérios, também as nossas *casas* têm uma tendência a expandir lateralmente, criando continuidades que fazem família ao mesmo tempo que traçam a sua história. Os brasileiros têm uma expressão que exprime bem esta ideia: as casas dos filhos são um *puxadinho* das casas dos pais. A relação entre a casa paterna e as casas filiais que crescem à sua volta evolui através de um processo de separação gradual e dissolução lenta de laços de interesse comum. Este sentido de continuidade orgânica acaba por dar origem a médio prazo a redes fortes de proximidade e confiança vicinal.

Nas cidades, há prédios inteiros onde quase todos os apartamentos pertencem a famílias interligadas por laços de parentesco e as famílias tendem a agregar-se por bairros. O familismo português urbano manifesta-se principalmente

através do exercício de uma forte pressão sobre os jovens casais para ‘viver perto da sogra’ — quer dizer, a mãe da mulher ou, caso falte esta, uma tia ou irmã mais velha. Não se trata de qualquer obrigação legal que as pessoas reconheçam como norma. No entanto, esta constitui, sem dúvida, uma das regras agregadoras mais prevalentes no tecido familiar português.

Já no campo, as ‘aldeias’, ‘lugares’, ‘bairros’, ‘sítios’ — dependendo da província onde estamos — acabam por ser tanto agregados de vizinhos como de parentes. Aí, quando eventualmente desaparece o elo vivo dos avós, a própria confusão dos direitos de propriedade que a proximidade anterior gerara acaba por dar azo a crises de confiança: mexeste esse marco para o lado do que é meu; a cria dessa vaca devia ter sido minha; as tuas galinhas comem o milho das minhas; essa cabana faz parte do meu lote; estás a usar água que devia ser para mim; não podes construir aí, porque tenho direito de passagem... Os conflitos entre vizinhos/parentes são sempre emocionais e muito prolongados. É como se, conforme os laços se distanciam, o parentesco da confiança se prolongasse através de um parentesco de desconfiança.

A experiência de ter vivido a infância em próxima quase-coabitação com primos/vizinhos fica

para sempre a marcar o universo social de cada português. A família alargada — agora mediada pelos nossos telemóveis — desempenha aqui um papel que, noutros países, é preenchido pelas redes de amizade. Na minha geração assim foi, mas verifico que também na geração dos meus sobrinhos tal ainda se passa.

Ora um dos principais efeitos da pandemia foi que esse contacto íntimo e corporal com os parentes do-outro-lado-da-porta foi temporariamente reduzido. Será que a obrigação ao confinamento determinará uma diminuição da participação emotiva em avós, tias, sogras e primos? Só o tempo o poderá dizer, mas sinto que esta foi uma das causas maiores para a adesão quase universal e pacífica dos portugueses à vacinação. A vacinação veio diluir alguns dos dilemas morais com que todos sofríamos por nos vermos afastados dos nossos familiares — não só dos mais velhos, de quem queremos cuidar, mas sobretudo dos jovens, para quem a ligação através dos mais velhos com as redes familiares é vista como central para o futuro de quem vão ser.

Confinamento como opressão

Durante os anos 90 e 2000, houve uma relativa igualização da sociedade portuguesa associada ao

crescimento económico e ao rápido aumento dos níveis de alfabetização da população. Este sentimento de maior proximidade interclasses foi brutalmente atacado primeiro pela crise financeira de 2008 e depois pela pandemia. Silenciosamente, exacerbaram-se as diferenças de classe. Como as casas de classe média são maiores e os seus filhos têm mais meios de comunicação online, os jovens não estão tão em cima dos outros co-residentes, o que reduz em muito os níveis de stress psicológico. Assim, a forma como o confinamento é vivido num subúrbio de classe média é muito diferente da sensação de asfixia que oprime aqueles que não têm quartos próprios, não têm armários individuais, não têm pequenos jardins ou varandas onde brincar com o cão. Os mais afetados, evidentemente, são os migrantes recentes, aqueles que não tiveram tempo para acumular meios de proteção contra a miséria. Mas esses não se manifestam; sabem que não podem dar-se a esse luxo.

Se, por um lado, o confinamento nos atira para cima dos que nos são mais próximos, causando sentimentos de claustrofobia; por outro lado, retira-nos da relação com os que, fora de casa, nos abriam portas ao mundo. Isto é um problema, porque a desconfiança é algo que se acumula. O confinamento promove um afastamento dos que estão logo do outro lado da porta, mas não

melhora as relações com os que estão deste lado de cá. Emerge, assim, uma espécie de desconforto que o contacto online, por intenso que seja, nunca consegue resolver integralmente.

Ao generalizar-se, a opressão causada pelo confinamento, primeiro sentida como uma experiência pessoal, vai sendo despersonalizada. Como ‘coisa pública,’ o confinamento pede uma explicação coletiva, que não seja a opressão pessoal que é exercida pelos que me são mais imediatos. Este é um dos temas que parece mais fascinar os *mass media*, que pretendem mediar entre a vivência pública de todos e a experiência privada de cada um de nós. Dão-nos exemplos, estatísticas, explicações técnicas, mas fica sempre irresolúvel em última instância esse fosso entre a experiência pessoal de despersonalização criada pelo confinamento e o seu lado colectivo. Essa falta de transparência gera uma necessidade para explicações cuja racionalidade não é imediata; gera fantasmagorias. Por exemplo, mal se soube que pessoas diagnosticadas com Covid iriam poder votar, começaram logo a registar-se desistências entre os membros das mesas de voto. Há uma espécie de racionalidade de curto alcance nesse gesto de desconfiança. Num primeiro momento confiamos (queremos contribuir para a coisa pública); mas logo, num segundo momento de reflexão, distanciamo-nos

e, aí, começamos a considerar causas e meios — a desconfiança emerge, erodindo a nossa confiança inicial.

Num país onde as relações familiares constituem a principal fonte de relacionamentos sociais, a interrupção natalícia, que explicou largamente o aumento das infecções em 2021 e agora também em 2022, pode até ser vista como uma revolta silenciosa. Noutros países europeus, porém, onde as ligações familiares são menos centrais para a vida quotidiana de cada um, a experiência do confinamento revelou-se mais brutal. Na Dinamarca, por exemplo, os jovens manifestantes anti-confinamento marcharam através de Copenhaga gritando ‘Nós somos a Dinamarca!’. Queriam enfatizar assim que se sentiam excluídos dos direitos de cidadania que lhes são devidos, sem saberem muito bem explicar porquê. Nos Países Baixos, foi tudo ainda mais sombrio. Os manifestantes em Roterdão marcharam ao ritmo do protesto: ‘Judeus! Judeus!’ Estes jovens proletários oriundos de zonas pós-industriais, economicamente deprimidas, não tendo forma de explicar o seu sofrimento, adotaram o fantasma mais antigo (e quem sabe o mais sinistro) da história da Europa. A história cultural do mal sobrepôs-se temporariamente à história cultural do bem, que também existe.

Assim se explica o chamado ‘negacionismo’, que

constitui na minha opinião um dos fenómenos mais fascinantes da nossa era. Bem sei que, entre nós, estes são menos numerosos que noutros países — ao ponto dos próprios políticos populistas se virem obrigados a evitar o tema, por saberem que a maioria do público não os seguiria nisso. A questão, porém, é inescapável, porque vivemos num mundo muito mediado. Quer dizer, os instrumentos que usamos no nosso dia-a-dia são tão complexos que não temos realmente forma de saber como funcionam. Temos que confiar. Isso cria uma estrutura de dúvida permanente — sabemos que temos que usar estes instrumentos, mas não sabemos o que são nem o que implicam.

O pau e ferro que faziam o martelo oferecem-se a um entendimento quase imediato. Mas que tal um carro? Se perguntarem a seja quem for como funciona um automóvel, ninguém (mas ninguém mesmo) saberá responder com a mínima acuidade. Porque, mesmo se perguntarmos a engenheiros especializados, cada um só sabe sobre uma parte ínfima do processo. Para que o meu carro possa mexer-se foram precisos milhares de engenheiros a trabalhar em rede. Ora eu, todos os dias, uso o meu carro como se de um martelo se tratasse. Só que, de cada vez que lá entro, estou a passar um cheque em branco a milhares de especialistas e, sobretudo — e esta é a parte mais estranha — estou

a dar como assumido toda uma série de esquemas de operacionalização e validação técnicas que não tenho qualquer forma de descrever ou sequer de entender.

O mistério da complexidade tecnológica traz consigo o mistério ainda maior das formas como a tecnologia interage com o mundo. A capacidade técnica acumulada nos nossos registos (livros e bases de dados) é tão poderosa que, se deixássemos cada técnico andar por si, cedo chegaríamos ao fim do mundo. Em suma, para cada técnica tem que haver um livro de instruções; para cada novo fabrico tem que haver uma norma; para cada produto a sua lei. Esses livros, essas normas, essas leis, por sua vez, são também uma área técnica complexa, que exige também uma gestão. Quem pode saber sobre tudo isso? Quer isto dizer que, se o poder da técnica se desmultiplica quotidianamente, também ao mesmo tempo as normas/leis se desmultiplicam e acumulam.

Lembro do actual Presidente da República, numa altura em que era professor de direito, afirmar que todas as semanas a União Europeia produzia mais de um camião TIR de legislação. Os ingleses que votaram no Brexit pensaram que podiam evitar essa complicação toda! Quiseram, nostalgicamente, voltar à época dos martelos! Quiseram lutar contra a ‘fonte das normas’, contra todas essas imposições

que lhes parecem externas à sua forma de viver — por isso o ódio fanático que têm demonstrado contra o Supremo Tribunal Europeu (ECJ). Vê-se bem agora para que lhes serviu!

Confiar e desconfiar

Paradoxalmente, a questão não é: como chegamos nós a confiar? Nós chegamos a confiar porque, sem confiança, não há comunicação, não há língua, não há vida. Sem confiar, eu nunca teria chegado a ser pessoa. Não pode haver qualquer interacção social — condição para nos tornarmos pessoa e aprender a falar — que não exija um nível inicial de confiança. Para entender o meu próximo, eu tenho que confiar que ele pode fazer sentido, que ele e eu partilhamos o interesse comum em ficar vivos neste mundo. Mesmo frente à mais completa negação pelo outro dos meus interesses, a confiança nunca completamente se esvai. Mesmo naquele último momento em que olho para os olhos do homicida à minha frente, logo antes de ele premir o gatilho, há alguma confiança, porque eu sei que é ódio o que os olhos dele me estão a dizer. Assim, a desconfiança não é o contrário da confiança; ela é simplesmente a sua redução ou o seu relativo cancelamento. A confiança e a desconfiança são coisas distintas, porque a confiança é uma pulsão (para

a qual a razão pode contribuir, claro, mas só num segundo momento) enquanto que a desconfiança é uma obra da razão.

É na base disso que funciona o negacionismo. Outro dia, um jovem amigo — esperto e muito culto, insisto — quis explicar-me que as vacinas contra a Covid são uma burla ao serviço dos grandes interesses financeiros, que recorrem à corrupção dos *mass media* para nos mentir. Perguntei-lhe, então, como sabia ele isso? Debitou de seguida um argumento complexo e bem preparado a ver com retrovírus e com processos de vacinação. Não duvido que o que ele me dizia fosse uma maneira possível de ver a coisa — mas não é, sem dúvida, a maneira que os técnicos mais respeitados têm de a ver. Eu próprio não tenho modo de julgar da validade dos argumentos que ele me dava. Mas, mais que isso: ele também não. Porque mesmo que percebesse muito sobre uma pequena área do assunto, como poderia ele perceber sobre todas? Era como se quisesse explicar-me como funciona o meu carro a partir de uma explicação sobre os químicos usados para fabricar o vidro das janelas. Seria patentemente insuficiente.

Resulta que, desde a manhã quando lavamos os nossos dentes com uma pasta dentífrica, até à noite quando aquecemos a cama com uma botija de borracha, temos que confiar. A nossa vida seria

impossível de outra forma, já que não é possível voltar atrás, não há forma de desfazer a história, de voltar ao martelo. A pandemia veio tornar esta constatação muito presente. Todo esse aparato técnico só pode funcionar se as instituições funcionarem e, para que isso ocorra, temos que ter um sistema legal válido e operativo. Mandar não chega, é preciso saber mandar e isso não depende de ninguém em particular; é um trabalho colectivo. Ao escolhermos os nossos governantes devíamos pensar não só se concordamos com o que dizem mas também se dão sinais de ser tecnicamente competentes. Vimos já com alguns governantes portugueses do passado recente que a incompetência técnica chega a ser mais destrutiva do bem público que a falta de moralidade.

Gerir a desordem

Ora nós, em Portugal, sofremos de uma tara ancestral. Como colectivo, os portugueses vão mais ou menos funcionando, mas raramente muito bem. Temos uma história de ineficiência sistémica que não temos conseguido superar. Todos sofremos diariamente com isso, mas parece que também sofremos de uma correspondente cegueira sistémica. Limitamo-nos a protestar; sabemos identificar o mal, mas descuidamos das causas. Mesmo quando

elas são gritantes: por exemplo, como podemos ter polícias decentes se lhes pagamos o miserável salário mínimo nacional?

Acontece que um dos efeitos mais perversos da pandemia tem sido que as melhorias nos sistemas administrativos, que tinham sido consideráveis durante a primeira década dos anos 2000, colapsaram miseravelmente face à desorganização resultante do trabalho burocrático online: hoje, volta a ser um pesadelo obter um passaporte, renovar uma carta de condução, obter um qualquer certificado, evitar pagar impostos a mais, fazer uma queixa à polícia, fazer uma pequena cirurgia num hospital público, ser visto pelo médico de saúde, etc. A tradicional revolta dos burocratas portugueses contra a despersonalização causada pelo trabalho rotineiro que fazem, e a correspondente falta de brio, voltaram a impor-se. Conseguiu-se momentaneamente resolver o problema ao nível do sistema de vacinação recorrendo às forças armadas. Mas essa solução traz consigo alguns riscos, como sabemos do passado e, ao mesmo tempo, os efeitos transversais do desmontar das rotinas burocráticas fizeram-se manifestar brutalmente e não só nos serviços de saúde pública.

Para construir a nossa casa-comum nacional temos que lutar contra a desconfiança. Os que desconfiam — como os negacionistas ou os po-

pulistas que gritam ‘chega!’ — são simplesmente cegos porque, na sociedade em que vivemos, quem desconfia não deixa de ter de confiar. Se eu desconfio da investigação que produziu as vacinas; então, porque confio eu na investigação que produz a meteorologia, que produz as latas de sardinha, ou que produz o site WhatsApp através do qual eu manifesto a minha desconfiança? Simplesmente entrar num elevador num dos prédios onde quase todos habitamos tornar-se-ia um pesadelo. O que as pessoas escolhem confiar ou desconfiar acaba por ser aleatório. Estamos todos como os primos depois da morte da avó: temos que viver uns perto dos outros mas, porque já não nos sentimos próximos do outro e o vemos como um estranho, não sabemos muito bem como não desconfiar.

É que, contrariamente ao que possa parecer, se não há uma base de confiança não pode haver desconfiança. As fantasmagorias emergem quando vemos a desconfiança a crescer e não sabemos de onde ela emerge, por causa desse fosso entre a experiência pessoal de cada um de nós e a existência colectiva. Aí recorremos a bruxas, maus olhados, remédios homeopáticos, diatribes mediáticas, fúrias mal dirigidas, políticos populistas. Para fugir às fantasmagorias, há que trabalhar contra a desconfiança.

Contrariamente à desconfiança, a confiança é

sempre uma coisa a dois — esse é o seu lado misterioso. Ela está antes de cada um de nós e entre cada um dos dois. Cada um de nós tem que saber que faz a sua parte se quer confiar que o vizinho/parente faça a parte dele. A confiança é a ponte misteriosa (porque transcendente) entre o público e o privado. Ora, nos tempos que passam, a pandemia separou ainda mais a nossa experiência interpessoal da nossa experiência colectiva. Não vemos os outros, não estamos face-a-face com eles; não sentimos as suas mãos a apoiarem as nossas; não temos ocasião para deixar que se reduza o tal fosso entre o pessoal e o público. Numa manifestação política tanto como num clube noturno, por exemplo, a experiência física de nos movermos ou cantarmos todos juntos é um aspecto indispensável da nossa adesão à causa comum. Nenhuma festa é mesmo festa se os nossos braços não se tocarem, se as nossas bocas não partilharem da mesma canção. Em suma, numa sociedade intensamente mediada como a nossa, o fechamento sobre o recinto doméstico contribui para o medrar de desconfianças e isso, a médio prazo, sabemos todos muito bem da nossa própria experiência pessoal, é perigoso.

A CASA COMO PARADOXO E COMO PERSPETIVA

*Tout le malheur des hommes vient de ne savoir
pas demeurer en repos, dans une chambre*

Pascal, *Pensées*

*And when I look in my window
So many different people to be*

Donovan, *Season of the witch*

Gostaria de responder à pergunta “o que é uma casa” com duas respostas entrelaçadas. A casa é um paradoxo cosmográfico, já que está no centro e fora do mundo ao mesmo tempo, mas a casa é também uma perspetiva, um ponto de vista sobre o cosmos.

A casa é um paradoxo cosmográfico, pois como uma bola de cristal divinatória é um espelho no qual o todo é refletido. É o microcosmo analogamente relacionado com o macrocosmo. É o mundo por excelência. Ao mesmo tempo, a casa está fora do mundo. Quando não queremos estar no mundo, fechamo-nos em casa. A casa protege-nos de tudo e, ao mesmo tempo, une-nos a tudo. Conecta-nos e desconecta-nos ao mesmo tempo.

A casa como uma perspetiva é uma saída para o mundo, um espaço-dobradora, como uma porta, que nos permite entrar e sair. Da nossa porta ou da

nossa janela, o universo inteiro adquire um aspeto, uma cor, um tom. A casa, precisamente na medida em que é o mundo, permite-nos estar *no* mundo (o quarto de que nos fala Pascal também faz parte do mundo do qual foge aquele que se fecha nele), mas ao mesmo tempo é o lugar de observação do mundo, como o arranha-céus de Nova Iorque tão bem invocado pelo filósofo Michel de Certeau como uma metáfora ideal para a observação sociológica: ao mesmo tempo na cidade e fora dela.

Deixem-me ilustrar estas visões caseiras com um sonho etnográfico. Em 1993, fui viver com a comunidade Baga, uma sociedade agrícola na costa atlântica da Guiné Conacri. Entre muitas das coisas que me impressionaram sobre a cultura Baga quando me instalei entre eles estava o misterioso *kulo kupon*, a “casa grande”. Todas as famílias Baga, disseram-me, têm seu *kulo kupon*, uma casa onde estão guardados os objetos sagrados da família e dentro da qual está enterrado o seu antepassado fundador. De vez em quando, todos os descendentes do lado paterno do antepassado reúnem-se ali para celebrar rituais.

Pouco depois de ter começado o meu trabalho de campo, tive um sonho. Dois anciãos da família com quem eu vivia vieram à minha procura. Eles levaram-me a um *kulo kupon*. Havia ali um objeto ritual, eles levantaram-no e por baixo estava um

poço. Nós os três descíamos o poço que se tornava um túnel. Caminhamos pelo túnel, iluminados por uma luz avermelhada, que não me lembro se era fogo de dentro da terra ou de alguma tocha que carregavam nas suas mãos. O túnel dividia-se em vários túneis; os dois velhos escolheram um e logo depois saímos para a superfície da terra. Estávamos noutro *kulo kupon*! Os velhos disseram-me: “Este é o nosso segredo; através do *kulo kupon* saímos para outro *kulo kupon*, e vice-versa, se um velho de outra família quiser vir-nos visitar, pode fazê-lo através do túnel; nós os velhos iniciados podemos visitar-nos uns aos outros por dentro das casas, sem que as pessoas de fora percebam”.

O sonho impressionou-me, mas obviamente não o pude tomar como um facto etnográfico. Penso que o teria esquecido não fosse o facto de me ter sido reforçado em duas ocasiões distintas. Primeiro, uns meses depois, quando ainda estava fresco na minha memória, expliquei-o ao meu amigo Abu, um bom interlocutor Baga desde Novembro de 1993 até ao presente. Ao ouvir o meu sonho, Abu disse: “Sim, é bem possível”. A hipótese das casas sagradas estarem ligadas sob a terra parecia muito plausível para ele, o que me impressionou. Em segundo lugar, dois anos depois do meu sonho, uma pessoa (não Baga) explicou-me que na aldeia Baga de Kamsar existe um poço muito

misterioso, um poço que se transforma num túnel que liga o país dos Bagas (ou seja, a costa) às montanhas do interior do país, a cerca de 300 km da costa, de onde os Bagas são originários de acordo com o mito fundador do grupo étnico. Quando eles têm que realizar rituais muito importantes, os iniciados anciãos bagas vão para sua terra ancestral, as montanhas míticas, através desse túnel. Esta história, surpreendentemente semelhante ao meu sonho, fez com que ele ficasse ainda mais gravado na minha memória e ajudou-me a entender porque tinha parecido tão possível para Abu. A ideia faz parte do repertório imaginário dos guineenses.

Interpretei, e ainda hoje o faço, o sonho como uma reação à minha ansiedade etnográfica, à minha necessidade de encontrar a coerência detrás da aparência percebida, uma necessidade muito científica. Eu sentia-a de uma forma particularmente angustiante porque estava a fazer uma tese de doutoramento. Na fase inicial da minha pesquisa, não encontrei muita coerência nos meus “dados” (ou melhor, na minha falta de dados). Encontrei silêncios estranhos, algumas mentiras, vários segredos, milhares de dúvidas, mas poucos dados que me permitissem estabelecer um discurso coerente sobre a cultura Baga, como se espera de um etnógrafo. Porém, no sonho, os velhos iniciaram-me e mostraram-me a ligação detrás, ou melhor, *por*

baixo, das aparências desconectadas. Mas eu também interpreto o sonho de uma forma alternativa (como o sonho é meu, permito-me dar-lhe tantas interpretações quantas eu quiser). Às vezes penso que a luz avermelhada que eu via quando andava com os velhos debaixo da terra poderia estar ligada, no meu inconsciente, ao fogo da casa na cultura grega. Em 1993 eu lembrava-me muito bem das minhas leituras sobre a cidade antiga e especialmente sobre o papel da deusa Héstia (ou Vesta entre os romanos) na articulação do espaço doméstico e coletivo, um assunto que eu havia estudado com grande paixão alguns anos antes. Héstia era um fogo que todas as casas tinham de manter aceso dia e noite. Mas este fogo que é individual para cada casa é também a mesma Héstia para todas as casas. Cada casa é um microcosmo isolado, mas também parte de um cosmos coletivo interconectado.

Eu acho que, de certa forma, o meu sonho estava a tentar ajudar-me a pensar na casa como um conector. Eu estava, na época, muito fechado na casa onde eu tinha sido adotado. Foi uma reação às dificuldades que sentia fora de casa, dada a relutância dos Bagas em falar abertamente com um etnógrafo estrangeiro. Eu fechei-me para ler livros, escrever cartas e escrever nos meus diários em casa. O sonho do túnel dizia-me: “bem, se não consegues informações *fora da casa*, vai fundo na casa onde

moras, e através desta casa conhecerás todas as casas; estuda as relações sociais nesta família, porque são todas mais ou menos iguais”. Na verdade, foi o que fiz, e da minha casa comecei a compreender as suas relações de parentesco, amizade, aliança, inimizade, etc. com toda a vizinhança, depois com toda a aldeia e, mais tarde, também com as aldeias vizinhas.

Eu escutei meu sonho como o interpretei aqui: mergulhei na casa e na família onde vivi, e dali aprendi a ver toda a sociedade Baga. Porque cada casa é uma perspectiva sobre o mundo. Os Bagas dizem que cada família é uma casa (*kulo* significa “casa” e “família”), e que cada casa uma *kusunka*, uma entrada: uma entrada para o bairro, uma forma particular de olhar para ele. (Entre os Balantas, uma população próxima aos Bagas, o pátio público e comunitário ao qual cada casa se abre é chamado *fyere*, que também significa “bairro” e “mundo”). Talvez seja isso a coabitação: uma coexistência de pontos de vista; permitir que o bairro, ou o mundo, seja visto de tantas maneiras diferentes como há casas. Proust disse que esta é a função da arte: objetivar perspectivas, ajudar cada um de nós a sair do nosso pequeno postigo sobre o mundo, percebendo como ele se apresenta desde outras perspectivas. Talvez Proust, que escreveu o mundo a partir do seu quarto (se não da sua cama, como

os biógrafos afirmam), soubesse melhor do que ninguém que cada casa é uma obra de arte, e que todas elas estão ligadas na coabitação, a maior obra de arte do espírito humano.

A casa é ao mesmo tempo centro do mundo e lugar eminentemente transmundo e heterotópico. A casa é ordem perante o caos, a cidade perante o deserto, para usar as belas metáforas do livro póstumo de Saint-Exupéry *La citadelle*, mas também pode tornar-se, num piscar de olhos (por exemplo, numa pandemia...) o deserto purificador para onde fugir quando a cidade se torna infecta. *Saímos para o mundo* ao sair de casa, e *saímos do mundo ao entrar em casa*. Mas uma vez em casa reconectamos, através da leitura, da televisão ou da internet, com as casas lá fora. A COVID-19 faz-me pensar que, no imaginário do túnel que eu e os Bagas partilhamos, havia de facto uma grande verdade humana.

VAMOS LÁ CACHERIZAR A TUA COZINHA

Para mim, uma casa é uma porta aberta, mesmo que tenha de estar fechada por decreto! O dever de confinamento e de recolhimento, o “Fique em casa!” tem sido vivido na minha morada, em Belém, com ambiguidades. Não só os meus quatro filhos, o cão e eu... como as pessoas que tocam à campainha e entram e ficam por uns dias, vamos cumprindo e incumprindo, consoante as necessidades. Uma das pessoas que tocou à campainha e ficou, foi um colega israelita que veio a Lisboa para uma conferência. Ficou uma semana, até que pudesse voar de regresso à sua casa.

O seu nome (fictício) é Eli. Entrou com uma mala enorme, a sua pasta de trabalho e um sorriso ainda maior, por finalmente ter dado com o destino de um recanto que lhe era familiar. Vinha cansado depois de embalar todos os seus pertences e de ter saído de uma pensão no centro da cidade, que já não lhe oferecia conforto nem segurança sanitária. Instalei-o no sótão – local onde geralmente guardamos coisas com menos uso diário, mas que tento ajustar como espaço para acomodar amigos ou familiares.

Depois de instalado, o Eli entrou nas nossas rotinas de casa: aulas online, refeições à mesa, ver

filmes à noite, passeios higiênicos no quarteirão, ou idas à mercearia do bairro. Ao mesmo tempo, entrou também nas suas próprias rotinas cá em casa: de trabalho de pesquisa online, fazendo as suas leituras, intercaladas com telefonemas para sua casa, onde ficaram a sua mulher e os seus filhos, igualmente confinados.

O Eli acompanhava-nos às refeições, mas mal comia, e isso começou a preocupar-me. Eu insistia que comesse, mas não queria ser demasiado insistente e ele delicadamente fazia um gesto com a mão, dizendo que estava bem assim. Acabou por me confessar que a sua mala gigante, tinha apenas livros e meia dúzia de peças de roupa. Tudo o resto era comida *cacher* que trazia sempre de Israel empacotada, enlatada ou engarrafada. Assegurou-me que faz sempre isto, quando sai de casa, porque nunca sabe se a alimentação que lhe oferecem é certificada. Eu sabia que o Eli era judeu ortodoxo, que cumpria os preceitos e que tinha os seus cuidados alimentares. Fora instruído numa *Yeshivah* - um seminário rabínico, para estudos intensivos dos livros sagrados judaicos. Notara isso em várias ocasiões anteriores de trabalho conjunto, em que se sentava com os colegas, mas não almoçava porque dizia que tinha já comido qualquer coisa e “estava bem”. Nos intervalos das conferências, por exemplo, via-o a mordiscar “fast-food cacher”,

por exemplo, uma barrita de cereais, um bocado de carne seca ou umas batatas fritas. Mas ele gostava especialmente era de *Toblerones* e *Coca-cola*. Legumes e fruta, nem vê-los.

Fiquei inquieta. Achei que ele, já sendo magro e de meia idade, embora de aparência jovem, tinha de se alimentar melhor e que só chocolates, batatas fritas e coca-colas não servia. Insisti que fossemos à mercearia buscar frutas e legumes pois sabia que estas, sendo bem lavadas, podem ser ingeridas por qualquer judeu. Ovos, massas e vários alimentos também podem ser ingeridos sem terem de ser certificados.

Mas o Eli garantia que estava bem assim. Que não me preocupasse pois tinha toneladas de comida na mala, que lhe dariam para sobreviver por muito tempo. Não sei se foi a minha teimosia ou se foi realmente o seu desejo de voltar a comer um prato quente à refeição, que fez com que, passada quase uma semana nisto, de repente, ele disse: “Está bem, vamos lá *cacherizar* a tua cozinha.”

Surpreendida e intrigada, mas aliviada, olhei para ele e perguntei: “Boa. Então e como é que se faz isso?” Ele riu-se e respondeu: “Vou precisar de um tacho e de uma panela, de uma colher de pau, um prato, um garfo e de uma faca. Perguntei se não queria um copo também, mas o Eli disse que ficaria bem com as coca-colas. Escolhemos ali a cutelaria

que pedira e ele então perguntou-me, com um ar decidido: “Como é que vou ao rio?” Respondi-lhe com outra pergunta: “Queres ir ao rio... Tejo?”. Ele disse que sim, que teria de mergulhar todos aqueles objetos em águas correntes, portanto, no rio Tejo, que era o mais próximo e acessível. “Então, vamos lá” adiantei eu, “Metemo-nos no carro e vamos ali abaixo às escadinhas da muralha, em Belém, para tratar disso”. Não me deixou ir. Disse que no ritual, é mandatário ir a pé com os objetos e que teria de rezar uns salmos próprios para o efeito. Ia a sair com todas aquelas panelas e demais peças empilhadas nos braços, quando eu lhe pedi que esperasse, pois iria buscar um saco para que ele enfiasse e transportasse tudo lá dentro. Lá saiu o Eli, pela rua abaixo, em pleno confinamento, com as panelas debaixo do braço.

Passada uma hora e meia, o Eli estava de volta, todo molhado até à cintura, com o saco e tudo o que este continha, a pingar água do Tejo. Olhei-o com um ar enojado e interoguei-o: “Agora não vais cozinhar o almoço nessas panelas cheias de água poluída, pois não?”. O Eli riu-se e pediu-me que as colocasse ao lume no fogão, com os restantes objetos dentro e água até ao topo, até ferver. Assim fizemos. Pediu-me igualmente papel de alumínio que usou para forrar por completo a placa do fogão e o interior do forno. E assim, consegui preparar

então refeições para todos: massa com tomate e queijo, uma deliciosa *Chachuka* (um prato de tomate e cebola com ovos escalfados e muitas especiarias), ou só massa que ele misturaria com a sua carne seca e nós comeríamos com outro acompanhamento.

Chegada a sexta-feira, o Eli avisou-me que não me preocupasse com ele até ao final do dia seguinte, pois entraria em *Shabbat*. Saiu de manhã para ir à padaria do bairro comprar pão sem farinhas industriais. Preparou uma massa para todos antes do pôr-do-sol e recolheu-se ao sótão, para iniciar as suas orações. Desceu só para jantar connosco – iniciando o *cabalat-Shabat* – já com o seu *kippah* na cabeça, um livrinho de salmos numa das mãos e uma pequena garrafa de vinho *cachet* e um cálice metálico na outra. Começou por me pedir duas velas, que me sugeriu que acendesse, pois geralmente é a mulher da casa que tem esta tarefa, enquanto o Eli recitou um salmo. Pediu-me um pratinho de sal para cada um e partiu o pão em pedaços, que distribui por todos os seis à mesa, enquanto recitava outro salmo. Pediu-nos que mergulhássemos o pedaço de pão no sal antes de o comermos. Seguiu-se a bênção do vinho, que o Eli realizou enquanto proferiu outro salmo propício. Depois, deu-o a bebericar aos meus filhos maiores e a mim, terminando com um pequeno discurso de graças e um sonoro e jovial “Shabat Shalom!”. Comemos a

massa que ficara morna no aquecedor elétrico de alimentos desde aquela tarde.

Voltou, depois do jantar para cima e pediu-me desculpa, porque iria deixar aquele aquecedor ligado com a travessa da massa para o almoço do dia seguinte e a luz do sótão acesa toda a noite, pois precisaria dela para ler e não poderia mexer nos interruptores até terminar o *Shabbat*, ao pôr-do-sol de Sábado. Durante aquele tempo, o Eli ali ficou, recolhido apenas com as suas leituras e orações.

Poucos dias depois, o Eli pode retornar a Jerusalém. Terá voltado certamente às suas rotinas e a nossa casa igualmente continuou com as mesmas que tinha. Mas guardei o saco e os objetos *cacherizados* no sótão, para o caso de poderem vir a ter uso outra vez, quando ele ou outra visita sua correligionária voltar.

O QUE É UMA CASA? TRADUÇÃO DE TRADIÇÕES

I. Introdução. A Casa: Tradução de Tradições

Cada casa é feita do caractere chinês “人” (significando pessoa ou pessoas) como o telhado e a estrutura básica e do caractere “口” (significando boca ou bocas) como janela. Quando se junta os dois caracteres, ou seja, “人口”, temos o equivalente a casa ou população.

Em grego, temos o termo *Oikos* que incluiria uma casa e toda a propriedade rural que permitiria a sobrevivência de uma ou mais famílias interligadas. Por isso, *Oikos* refere-se tanto a casa, como ambiente habitado como a família.

Em latim temos dois termos, o ‘*Domus*’ e a ‘*Casa*’. O primeiro designaria a habitação de alguém importante, de um *dominus* (‘senhor’), que deu origem ao designativo *Dom* que ainda hoje se usa em castelhano para designar ‘senhor’ e, mesmo em português, permaneceu para tratamento de figuras eclesíásticas e para a palavra domingo. Já a ‘*casa*’ era uma habitação miserável, uma choça, uma habitação feita de estacas para proteger do frio e do calor, uma cabana. Em algumas línguas consolidou-se o termo de maior prestígio: em francês ficou ‘*domicile*’, em croata e em bósnio ‘*Dom*’, em

checo ‘Domov’. Noutras línguas foi o termo mais popular que vingou: em galego, português, catalão e corso ‘casa’.

A origem da palavra ‘casa’ parece ser razão de uma disputa. Uns dizem que é uma palavra latina ou que poderia ser de empréstimo, sem se saber ao certo a origem. Outros dizem que terá vindo do hebreu. ‘kisá’ que significaria ‘tecer’ e ‘cobrir’, eventualmente um tecido que nos cobre. Outros dizem, ainda, que terá uma raiz indoeuropeia no elemento ‘Kes’ que significaria ‘cortar’.

2. A tensão essencial e dois decálogos

A tensão essencial

O ser humano tem uma tensão essencial: estar entre o nomadismo e o sedentarismo. A esta tensão original somou-se uma outra: a de estar entre a natureza e a cidade. A casa acompanha estas duas tensões.

O ser humano tem ainda uma outra tensão essencial: a pertença a um grupo que existia antes de nascermos e a nossa construção ao longo da vida enquanto indivíduos únicos e livres de qualquer grupo. A esta tensão original somou-se outra: a de estar entre a família que nos criou e a família que criamos. A casa acompanha essas tensões: é a

metonímia e a metáfora do casamento e da família e das tensões: entre o grupo e o indivíduo; entre a nova família e todas as outras famílias.

A) 1º Decálogo: a primeira e a segunda casa

A primeira casa

1. A primeira casa humana pode ter-se originado no medo pânico: o medo de tudo a toda a hora. Nessas ocasiões, sempre, os nossos dois braços protegem a cabeça, de forma cruzada: um primeiro telhado.

2. A primeira casa humana é o lugar onde enterrámos os nossos pais. E onde podemos voltar sempre. Onde olhámos para os outros como nós próprios e para nós próprios já como outros.

3. A primeira casa humana não é senão uma imitação de todas as outras que já existiam quando o ser humano toma consciência de si, se torna ser humano, e consegue aprender com os outros: é o buraco do insecto, a concha do molusco, o ninho do pássaro, a gruta do urso.

4. A primeira casa humana é o ventre da mãe, a placenta que sai quando nascemos e que como um balão se esvazia, mas ao qual ficamos ligados pelo cordão umbilical, como um alter-ego, até que alguém o corte.

5. A primeira casa é um berço, seja ele o espaço entre os corpos dos pais, um canto protegido, um tronco escavado, a gaveta de uma cómoda ou um qualquer produto que dá por esse nome comprado em supermercados.

A segunda casa

6. A segunda casa é quando pela primeira vez temos consciência da casa, da necessidade de termos casa.

7. A segunda casa é quando pela primeira vez dormimos ao ar livre, num banco de jardim, na praia, e acordamos desprotegidos: sem casa.

8. A segunda casa é quando nos afastamos de casa, quando viajamos pela primeira vez e temos saudades de casa.

9. A segunda casa é quando, noutra casa, temos a sensação de termos descoberto, pela primeira vez, uma casa.

10. A segunda casa é um barco para navegar e descobrir a vida e que nos faz crescer o desejo de o colocarmos em terra, com o casco virado ao contrário e fazermos dele uma casa.

B) 2º Decálogo - A casa flexível, a casa-planeta e o casulo da liberdade.

A casa flexível

1. A casa é uma lareira, um lugar, um canto, um abrigo, um buraco, uma tenda, um compartimento.

2. A casa é onde estamos com os outros, com os pais, os avós, os antepassados, as origens.

3. A casa é onde podemos estar sozinhos, revalidando-nos e idealizando-nos em sonhos acordados.

4. A casa tornou-se mansão, lugar de vários lugares, combinação de várias combinações, onde as atividades estão adstritas a compartimentos específicos, onde podemos estar juntos ou separados, segundo a disposição, o momento do dia, a função a fazer.

5. A casa autonomizou-se do domínio, do território que lhe era adjacente, deixou de lado as terras e as alfaias agrícolas e as lojas...para se tornar casa urbana autónoma.

6. A casa incorporou por vezes a loja, outras vezes o escritório. Casa e escritório criaram híbridos no 'atelier', no 'estúdio'.

A casa-planeta

7. A casa comum é o mundo, ou seja, o planeta

terra. A casa de cada um confunde-se com o mundo habitado, com o *oikosmene/Ecumene*.

8. A casa é o nosso desejo de estar ou de poder estar em todo o lado, em qualquer lado. É o nosso desejo de viagem que vem ao de cima, o nosso nómada de sempre em nós.

O casulo da liberdade

9. O espaço de maior liberdade parece ser aquele em que estamos nós próprios apenas com um ecrã no nosso casulo: é aí que quando não estamos em todo o lado sonhamos em estar em todo o lado, em qualquer lado. Portanto é no nosso maior sedentarismo, sentados olhando o topo do nosso colo (o laptop) que mais viajamos.

10. Porque o mundo é a nossa casa, e a relação do individuo com a rede se tornou ubíqua, precisamos em algum momento, em casa, nas instituições, na cidade, de um lugar de recolhimento, uma zona branca em que estamos só nós e o planeta: esse é o casulo da liberdade.

3. Um objeto

O Casulo da Liberdade é um símbolo de mudança e transformação. É um produto que pode ser vendido tanto a empresas, a instituições ou a

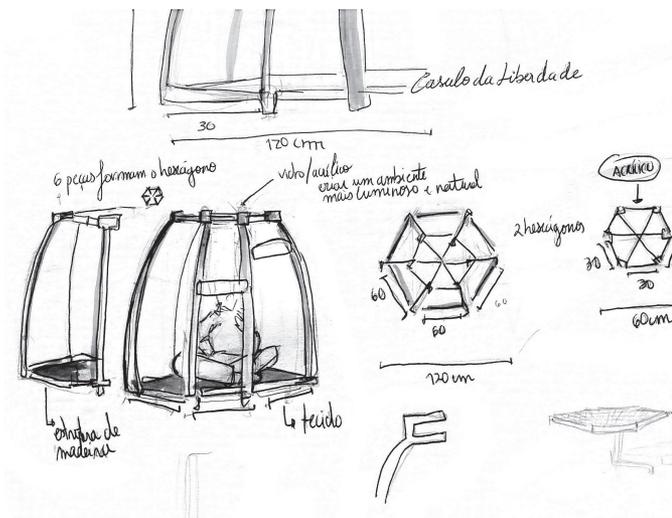


Fig. 1 - Esboços do objeto (foto da Aurora).

autarquias. A sua aquisição tem um peso muito forte na consciência da empresa, instituição ou autarquia que o compra ou aluga. O Casulo da Liberdade destina-se ao pensamento da mudança e na transformação de nós próprios ou do que nos rodeia. Quem adquire o objeto pretende evoluir.

É deste espaço fechado, no qual podemos sonhar com outros espaços e transportarmo-nos espiritualmente, que surge o Casulo da Liberdade. O espaço que contém todos os espaços. Um lugar de abstração e de reflexão, em que podem e devem surgir ideias.



Fig. 2 e 3 - Renderização do objeto (fotos da Aurora) nas suas duas possibilidades.

O casulo é o que dá origem à vida, é um berço, ou seja, é um espaço no qual estamos protegidos. Apesar do nome nos evocar um espaço fechado e até claustrofóbico, o casulo é um sinónimo de Liberdade Individual.

A liberdade individual sempre foi um dos principais objetivos da Humanidade. Desde a libertação do ser humano em relação ao medo da

Natureza (pânico), até à libertação em relação aos antepassados, à genealogia, à carga que o nosso nome carrega e à libertação da pressão dos outros (vizinhos, conhecidos, colegas). Mesmo em relação à família, cada um procura libertar-se e ter a sua própria identidade. Esta libertação é sempre incompleta e é um constante desejo, ou seja, são sempre necessários produtos que correspondam a esta necessidade. Toda esta necessidade de libertação, e de certa forma do medo do que nos rodeia, reflete-se neste Casulo. Destina-se ao pensamento da mudança e da transformação de nós próprios ou do que nos rodeia. O casulo é uma metáfora de se pretender evoluir.

O Casulo da Liberdade pode ser denominado uma escultura social, pois é uma instalação com uma funcionalidade social e urbana. E mesmo que não seja utilizado, que as pessoas não entrem na instalação, a sua presença em parques, empresas, instituições é já um símbolo de transformação em curso. A sua aquisição e apresentação em lugar visível numa organização ou numa cidade evidencia a intencionalidade da transformação/transmutação.

#NÃOFIQUEEMCASA

Un mur, épais contre le vent du Nord, poreux à la lumière du Midi ; une maison roulante, voyageuse, transparente à toutes les faveurs du Midi... Que serait une chambre pour nous, Nathanaël ? Un abri dans un paysage.

André Gide, *Les Nourritures Terrestres* : 138

Tenho um sonho recorrente. A subir a rua Senhora do Monte em Lisboa, enquanto me aproximo ao prédio onde moro, reparo que o meu apartamento está em chamas. Pessoas na rua, com as cabeças a olhar para cima, o fumo a sair rápido pelas janelas. Imagino os quartos invadidos pelas chamas, a minha livraria devorada pelo fogo. O computador, os móveis e os pequenos souvenirs das viagens. Tudo o que eu possuo desaparece, destruído. Não sinto ansiedade, medo, desespero. Pelo contrário, só sinto uma sensação de libertação. Leveza. *Não tenho mais casa.*

O artista britânico Michael Landy criou em 2001 uma performance na qual destruía (literalmente) publicamente tudo o que ele possuía. Completou um catálogo dos 7227 artigos acumulados nos seus então 34 anos de idade, incluindo o seu carro, vinis, obras de arte, carta de amor, roupa. Depois, durante duas semanas desmontou, cortou, destruiu cada

objeto. No fim da performance, que Landy chamou *Break Down*, ele não possuía nada fora do macacão azul que vestia para a performance.

Um filósofo alemão, Martin Heidegger, tinha uma pequena casa na floresta onde ia trabalhar e escrever quando os compromissos com a academia se tornavam excessivamente pesados. Um refúgio na floresta. Um espaço além, temporário, para pensar. Heidegger como David Henry Thoreau, que - num maravilhoso ato de autonomia - em 1845 resolveu construir uma pequena *cabin* num bosque do Massachusetts, perto de um lago. Construiu com as suas mãos e com pouquíssimo dinheiro e morou lá durante um ano inteiro, para mostrar que se pode viver 'fora do sistema', sem arrastar a própria vida entre empréstimos bancários, servidão de trabalho e outras coisas chatas que bem conhecemos, como o IRS e por aí fora. Le Corbusier, arquiteto francês modernista e hiper-racionalista, também projetou o seu refúgio, na Costa Azul, no sul da França. Chamou de 'Le Cabanon'. Parece um pequeno *chalet* em madeira. Um refúgio da geometria implacável das linhas retas e das perspectivas não humanas.

Refúgios e casas.

Impermanência e fixidade.

Heidegger, no seu abrigo na floresta, sentado à secretária à frente da janela (como uma famo-

sa fotografia o retrata) pensou que existe uma relação profunda entre *Construir, Morar e Pensar* (1954). Morar, escreveu, não é comprar um terreno e construir uma casa. Não se mora onde mandamos construir uma casa. *Too easy*. Construir é uma consequência, morar acontece antes. Morar quer dizer estabelecer uma relação profunda, intensa, histórica com o lugar, ao ponto que pensar e morar se sobrepõem.

Estou a escrever este texto num comboio. Gosto de escrever em movimento. Gosto de pensar em movimento. A sugerida por Heidegger não é a única possibilidade. Um outro filósofo alemão, Friedrich Nietzsche (a lenda popular conta que enlouqueceu um dia em Turim, a cidade onde nasci, e abraçou um cavalo), gostava também de pensar em movimento. Em viagem, passeios: viveu e escreveu em viagem. Ficou em casa só no fim da vida, quando ficou demente entregue aos cuidados da irmã.

Pode-se morar em movimento, pensar saindo da casa. Fora. Pensar a partir de onde não moramos, pensar a partir do fora da casa. Dois dos mais revolucionários pensadores do século XX, Gilles Deleuze e Félix Guattari, refletiram também sobre isso e escreveram *Mil Planos*. Um livro nómade, cheio de linhas, portas para fora, desertos e multiplicidades. Um livro onde não há casas, mas abrigos temporários, refúgios, tendas nómadas. Parece que

podemos pensar sobre a noção de casa e do morar a partir de posições antitéticas, como sugere Matteo Meschiari num livro muito interessante intitulado *Disabitare* (2018): uma que sugere um enraizamento no espaço (Heidegger), outra que segue pulsões de fuga (Deleuze): de um lado lugares-para-sempre, monumentos, pedras, jardins; do outro *fast-places*, tendas, peles, desertos.

Roots e routes.

Uma casa viajante, um abrigo temporário em contraste com a solidez neurótica da ‘casa’. Uma casa-linha-de-fuga em contraste a uma casa-fechada-em-círculo. Nunca na história das últimas décadas como nestes anos de pandemia tivemos a percepção tão aguda que a casa é sim abrigo, mas também prisão, lugar de nevrose. A casa é ambígua. Na minha pesquisa artística me interessa esta ambiguidade, esta dialética entre as ideias de casa e de horizonte, abertura e fecho, finito e infinito. Existe uma ambiguidade insolúvel e uma tensão entre ‘dentro’ e ‘fora’. Fechar um espaço sobre si mesmo significa torná-lo humano: define – metaforicamente – uma identidade, um sistema aparentemente fechado. Do outro lado, porém, este ato é opressivo, violento, autoritário. Cada confinamento, limite, margem, sugere a sua ultrapassagem, alimenta o desejo para o além, para o espaço sem forma que está por trás. Esta oscilação entre

a necessidade de encontrar abrigo e a pulsão a ir além em direção à linha do horizonte é o tema principal do meu trabalho, que é, em síntese, uma forma escultórica de apresentar noções alternativas à 'casa'. O 'abrigo' é para mim um símbolo e uma metáfora de uma forma diferente e nómada de morar, onde uma barreira fina, frágil, temporária, separa o ambiente interno do espaço externo. No meu trabalho artístico mostro a permeabilidade dos muros, esvazio paredes, crio casas temporárias e transparentes. Não fecham o mundo fora, não se constroem em oposição. Fechadas e abertas ao mesmo tempo. Mostro a relevância do limite para pensar, e ao mesmo tempo a necessidade do atravessar, desconstruir, ultrapassar. Revelo, como escreve ainda Meschiari, aquela sístole/diástole entre o Pequeno Ter e o Grande Nada. Uma casa rolante, viajante, transparente, como escreve Gide. Uma casa longe do fascismo das memórias e da nevrose da saudade. Uma casa que respira.

No canto vigésimo-sexto do *Inferno*, Dante Alighieri faz-nos encontrar Ulisses, o herói da Odisseia. Todos conhecem o enredo da Odisseia de Homero: o guerreiro Grego, depois da vitória e a destruição da cidade de Tróia, é obrigado pelos deuses a viajar durante dez anos antes de conseguir regressar à ilha da qual é rei, Ítaca, onde a esposa e o filho aguardam o seu retorno. Na *Divina Commedia*

aprendemos que o regresso à casa não marcou o fim das viagens de Ulisses: empurrado pelo desejo de conhecer mais do mundo, Ulisses emprende outra, última, viagem. Viajar, voltar, viajar:

A saudade do filho, a mui dileta
Velhice de meu pai, de alta consorte
Santo amor, em que ardia sempre inquieta,

Não dominaram esse anelo forte
Que me impulsava a ser do mundo esperto,
Das manhas das nações, da humana sorte.

Lancei-me às vagas do alto mar aberto;
Sobre um só lenho me seguiu companhia
De poucos, mas de afouto peito e certo.

Lançar-se às vagas do alto mar aberto, numa casa sem muros, com paredes permeáveis e transparentes. Uma casa desmontável. Uma casa que não se fecha, que acolhe o fora e se projeta fora de si. Uma casa cheia de árvores, de viagens e de nuvens. Um ‘fazer casa’ de maneira temporária e aberta para o possível. Que seja o símbolo de noções de identidade e pertença alternativas, fluidas, moldáveis.

O que existe no espaço entre ficar e partir? Entre as constrições bolorentas das dinâmicas domésticas e a imensidade inumana do nada sem confins?

Entre o peso esmagador da memória e o vazio da morte? Construo os meus frágeis abrigos: neles posso, por um momento, descansar, respirar este ar cheio de luz, sentir o sol na pele. As minhas esculturas abrigam-nos, mas podemos cheirar o vento, e olhar as nuvens que correm e as estrelas. ‘Casa’ é um sentimento temporário e transitório, sempre desde o início cheio de correntes inquietas que me seduzem para o além, para a alteridade, para o não-aqui-não-eu, para o ‘sorriso da longinquidade desconhecida’, como escreve Dino Campana, poeta, viajante, irmão dos meus vinte anos.

NOÇÕES DE “LAR” E “CONFORTO” NUM GRUPO DE REQUERENTES DE ASILO NA DINAMARCA

“Why the lock? It’s part of the home.”¹

71

MARTA LEMOS

Para os requerentes de asilo, confinamento é um termo que os acompanha a partir do momento que chegam às fronteiras de um país. Diferente daquele que nos tem acompanhado nos últimos tempos, as características deste tipo de confinamento revelam-se constringentes, duras e acima de tudo impessoais.

Este texto surge de um trabalho de investigação feito em Copenhaga, em 2016. De uma forma geral, analisarei como a relação das pessoas com os objetos e a consequente negociação identitária surge nas vivências do quotidiano e nas expectativas dos indivíduos mesmo que em ambientes controlados. Esta relação é passível de acontecer independentemente do confinamento a que as pessoas sejam votadas, seja como resultado de uma pandemia ou da mobilidade dos seres humanos – neste caso, requerentes de asilo num centro de asilo à espera da decisão final do seu requerimento.

Após o pedido de asilo e durante a sua avaliação, os requerentes de asilo esperam pela decisão confinados em centros de asilo sobrelotados onde

1 - “Porquê o cadeado? Faz parte da casa.” (tradução livre)

quartos de 9m², sem cozinhas ou wc, podem albergar famílias de seis pessoas durante dois ou três anos. Confinados porque, em teoria e apesar de poderem sair, estes centros encontravam-se fora das áreas habitacionais sendo que seria necessário o recurso a transportes públicos, caros e morosos, para chegar à cidade mais próxima.

Para este texto focar-me-ei numa família de três irmãos, dois homens na casa dos vinte anos e uma jovem adolescente. Tinham chegado à Dinamarca no fim do verão do ano de 2015 e encontravam-se a residir num centro de asilo a 40km de Copenhaga. A investigação iniciou-se com um conjunto de pequenos desenhos referentes a objetos, emoções ou momentos (por exemplo: pôr do sol, nota musical, cama, coração, dois bonecos a dançar, frigorífico...). Os desenhos foram colocados à disposição da família de forma que cada elemento escolhesse e associasse os que seriam mais representativos do seu conceito de “lar” e de “conforto”. Para Ammar, Khaled e Nour² estes conceitos aparecem quase como sinónimos através da análise dos desenhos selecionado de cada um dos irmãos. Muitas das figuras eram repetidas em ambos os conceitos, principalmente aqueles que se referiam a objetos da casa. Se em “conforto” almofadas, estantes, sofás, chávenas e tapetes abundavam, em “lar” cresciam

2 - Nomes fictícios.

elementos mais abrangentes e que seriam “fundamentais” para esta última noção. Os desenhos que atribuíram à conectividade, à segurança, à mobilidade e à saúde eram os que tomavam lugar de destaque no topo da hierarquia. O que seria representativo da segurança, o cadeado, aparecia nas escolhas dos três irmãos e sempre hierarquizado como fundamental. Perguntei a Nour, a irmã, o porquê do cadeado naquela posição e ela responde a frase no título deste texto. O ar de perplexidade que Nour fez quando a questioneei explanou a origem daquela idealização para o seu “lar”. Nour tinha fugido da guerra na Síria e desde aí, até chegar à Dinamarca, ela e os seus irmãos passaram por vários locais onde a insegurança reinava. Neste processo de construção de um “lar” há um conjunto de fatores que foram desenraizados pela fuga do país e que são reclamados e reconstruídos (Ahmed et al. 2003) nesta fase da vida da família. Esta era a forma como idealizavam “lar” e “conforto” num espaço futuro. No entanto, e remontando ao presente da pesquisa, também eles construíam e negociavam um espaço que era o seu “lar” ainda que provisório no centro de asilo.

Durante a investigação continuei a visitar a família acompanhando-os em atividades do dia a dia e a aperceber-me da forma como viviam e construíam o seu espaço no centro de asilo.

O quarto, com três camas perpendiculares à parede oposta à porta, onde a irmã dormia entre os dois irmãos, tinha três guarda-fatos, uma mesa, três cadeiras e uma cómoda. Esta cómoda estava num lugar privilegiado do quarto, num canto recôndito. Tinha sido comprada pelos irmãos e dada a Nour para colocar lá as suas “coisas”, segundo Ammar. A forma como Nour organizava a sua cómoda demonstrava hierarquicamente aquilo que valorizava:

A cómoda tinha 3 gavetas: A primeira, à altura confortável dos braços, revelava-se como a gaveta principal dos objetos mais simbólicos - entre bijuteria, alguma maquilhagem e alfinetes para segurar o hijab³, havia uma mexa de cabelo seu que a sua mãe lhe cortara e que remonta à sua infância vivida em família; um raminho pequeno de flores secas que lhe tinha sido dada pela melhor amiga antes de sair da Síria; e um creme das mãos e um bloco de notas oferecidos por uma amiga da família já na Dinamarca. A segunda gaveta tinha alguma roupa para situações especiais tais como hijabs que conseguiu trazer da Síria, blusas ou camisolas. A terceira gaveta era exclusiva de hijabs do dia a dia. Desde os de tecido mais grosso para o

3 - Véu que cobre a cabeça das mulheres muçulmanas em público e que optam por usar esta peça de vestuário.

Inverno rigoroso na Dinamarca, aos mais frescos e acetinados utilizados no Verão.

(Excerto de diário de terreno, Abril 2016)

A cómoda apresenta-se como elemento exemplificativo da negociação identitária que se dá num espaço e na sua relação com os objetos. Há uma influência constante entre pessoa e objeto e estes moldam-se entre si. Desta forma, não existe uma relação estática na representação de um indivíduo na sua casa. Há um jogo constante de recreações pessoais através dos objetos (Miller, 2010). O modo como Nour hierarquizava os objetos que colocava na cómoda demonstra esta recreação identitária assentes em emoções (Belford & Lahiri-Roy, 2019) e em experiências do passado e do presente: a conservação e manutenção da sua religiosidade, patente nos seus *hijabs* e acessórios de fixação, em contraste com um país laico e onde o discurso islamofóbico se vulgarizara no espaço público; a ligação à infância e ao país de origem entre família e amigos, com a mecha de cabelo, as blusas e o ramo de flores secas; uma nova dimensão da sua vida na Dinamarca, através do bloco de notas e creme das mãos, o relacionamento com outras pessoas de outros contextos mundiais.

Estes processos de construção identitários assentes nas experiências de vida dão um sentido

ao futuro estando em constante mutação (Vieira, 2009). A seleção dos objetos que não integrariam o guarda-fatos, mas sim a cómoda, revelou-se como elemento fulcral para compreender a negociação identitária que Nour estava a passar naquela fase e que se revela no processo de criação de um “lar” ainda que temporário, como num centro de asilo.

Independente do espaço a que estamos votados ou até confinados, as relações humanas e identitárias estão explanadas quer na forma como nos relacionamos com os objetos, quer na maneira como eles nos influenciam. O caso desta família num quarto de um centro de asilo dinamarquês revela-nos as diferentes interações e simbolismos que passam despercebidos às próprias relações humanas vividas num espaço e que fazem parte da constante construção identitária do indivíduo.

Referências bibliográficas

Ahmed, S., et al. (2003). *Uprootings/Regroundings: Questions of Home and Migration*. United Kingdom: Berg. ISBN: 9781000185119

Belford, N., & Lahiri-Roy, R. (2019). (Re)negotiating transnational identities: notions of ‘home’ and ‘distanced intimacies’. *Emotion, Space and Society*, 31, 63-70. <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2018.11.004>

Miller, D. (2010). *Stuff*. United Kingdom: Polity Press. ISBN: 9780745644240

Vieira, R. (2009). *Identidades Pessoais – Interações Campos de Possibilidade e Metamorfoses Culturais*. Lisboa: Edições Colibri. ISBN: 9789727729319

O QUE É UMA CASA?

Eis uma pergunta que é instigante para ser pensada de forma extensa. Começando pelo uso da palavra no singular, me vêm a cabeça uma questão: quando falamos de casa, o que nos remete? Ou ainda, quando falamos das casas? A categoria casa nos permite debruçar-nos em cima das múltiplas relações que podem ser pensadas desde o campo analítico seja no singular e/ou no plural. Porque uma casa não remete só a uma pessoa.

Na minha tese de doutoramento, a casa camponesa foi uma das categorias mobilizadas para tratar de entender as formas de trabalho, de organização e de referência das unidades produtivas familiares, que os agricultores de Tourém e Pitões das Júnias, Montalegre, Portugal continuam mobilizando. A casa, segundo a conversa que Venâncio de Tourém e um amigo dele da aldeia de Covelo mantiveram, era uma referência central. Ambos foram e são agricultores. Naquele dia de 2013, reconheciam não estar mais à frente das atividades cotidianas da casa, ainda que ambos se reconheçam mutuamente como, grandes agricultores, uma categoria local. A palavra escolhida pelo amigo do meu amigo, para saber mais da sua obra de vida foi a casa. Queria saber o número de vacas da casa, pergunta que

ia acompanhada de um gesto feito com as duas mãos, englobante e circular. Remetia, portanto, ao conjunto da obra.

Quantas vacas tens em casa? Perguntou. E, Venâncio respondeu: *mais de cem*. Continuando com a explanação da seguinte forma:

Tenho dois filhos casados em Pitões que têm mais de 60 vacas, em Tourém tenho dois, o Venâncio com mais de trinta e o meu Sérgio, que ficou com a exploração, que tem mais de 40. Nessa fala fica clara a unidade evocada pelo amigo de Venâncio, mas também seu caráter descentralizado e reticular. Poderíamos dizer que mantém uma origem comum, a casa de Venâncio, que, ainda sem ele ser mais o que está à frente da unidade produtiva familiar, pode ainda evocar essa unidade radicular.

Através da casa podemos, portanto, nos aproximar das narrativas e do universo simbólico que nos ajuda a pensar tanto a unidade comum, quanto suas dinâmicas particulares, a casa de Venâncio continua na aldeia, e hoje tem suas ramificações que também são parte de outras casas, ou se conformaram enquanto tal. Tudo depende do contexto de enunciação.

A casa é por vezes uma categoria que mostra ou evoca diferentes dinâmicas, tanto pode ser centrípeta como centrífuga. Centrípeta pelo sentido de comunhão, de unidade e de adensamento de

relações, dado por exemplo pela convivência, ou pela comensalidade. As festas de santo e os rituais anuais como as matanças de porcos aglutinam as gerações da casa que pode ser não estejam mais residindo sob o mesmo teto. Também é, se prestamos atenção às normas de casamento, às formas de transmissão de herança, que a casa detinha estratégias de expulsão, que podiam implicar também a submissão ao celibato, ficar em casa, mas não casar fora de casa. As casas são também lugares em que havia rigidez na execução de normas de produção e reprodução de pessoas, e que podiam prever a expulsão, de aí seu caráter também centrífugo. A casa nesse sentido estava por cima de quem a habitava e era preciso garantir a sua reprodução e persistência no tempo.

Respondendo em chave pessoal, se me perguntarem aonde está a minha casa, falarei que na Galiza, no Condado, na aldeia de Cortellas. No entanto, eu moro há 12 anos no Brasil, e resido em uma casa que também chamo de minha ou nossa casa. Levo pelo mundo a minha condição de galego, como também a de ser filho e neto de emigrantes e camponeses, e pode ser que esse passado familiar de migrantes seja de fato relevante para entender a mobilidade, e a configuração que toma o que estou chamando de casa.

Se olharem para o espaço que habito, a maior parte do ano no Brasil, na Amazônia, deveria ser facilmente percebível elementos da minha casa galega. Essa não é impressão minha, mas de um amigo que visitou o norte de Portugal há anos e assim o percebeu. Não faltam signos e elementos simbólicos que rapidamente trasladam ao observador para um contexto galego: uma estrelada, uma pintura do alto do Galleiro pendurada na parede, um carro com um colante GZ, uma miniatura de alambique de cobre, relógios clássicos pendurados na parede, um lugar aonde acender um fogo e poder fazer uma comida de lenha em panelas de ferro, uma motoserra e lenha cortada e empilhada, abelhas – sem ferrão – galinhas, cães, gatos, e um pedaço de terra aonde tento ter uma horta com couve, tomate e alface.

Poderia dizer que são elementos que remetem a uma casa rural da Galiza, mas tampouco estaria certo. Em toda essa cosmologia de elementos que remetem ao nosso fogar, há alguns que marcam os diferentes percursos individuais e coletivos e que remetem à casa. Assim os relógios pendurados na parede são um elemento clássico de todas as casas que habitamos, e que está relacionado com o passo de minha família pela Suíça, costumam ser de corda e de madeira.

Um olhar atento para a nossa casa na Galiza permitirá também analisar e destacar elementos de uma mobilidade construída ao longo dos anos, havendo, da mesma forma que na minha casa do Brasil elementos galegos, elementos do Brasil na nossa casa galega. Cachaça, pimenta dos indígenas Waiwai, arte tapajoara, panelas de cerâmica do interior de São Paulo, a mulher baiana, ou redes penduradas no meu escritório são também elementos que marcam de forma profunda o nosso modo de habitar, marcam as temporalidades e territorialidades construídas nesse país.

Carrego, portanto, o nome de uma casa galega e camponesa que têm uma derivação na amazônia brasileira, e que fez com que uma casa galega camponesa se abrasileirasse também. Carrego árvores, sementes e uma história que faz com que alá aonde for, com o tempo o meu modo de habitar vai agregando elementos que compõem o meu percurso e que faz com que os da minha casa, da nossa casa, das nossas casas se sintam / nos sintamos, identificados também minimamente, alá por onde formos ou estivermos.

As questões que ficam para o final são quais são os elementos ou aspectos que acompanham as casas lá por onde elas, ou os humanos que estão vinculados a elas vão ou estão? Me refiro à onomástica, aos nomes das casas que se carregam e espalham,

que depois de uma aliança ou matrimônio mudam. Podemos pensar também nas casas camponesas, estreitamente relacionadas às terras e aos animais, ou às casas urbanas que tecem complexas redes de relacionamentos e que as definem, marcam, são bairros e ruas citadinas determinadas, impregnando-as de particularidades e especificidades, como sendo a mesma relação?

Para além dessas questões que estão sendo analisadas a partir da categoria casa, a pandemia do Covid-19 trouxe outros tencionamentos e problematizações, principalmente, quando percebemos a pandemia como o acirramento das desigualdades sociais. E nesse contexto, é preciso prestar atenção ao nosso lugar de fala, e pensar na condição desde a qual falamos, pois, há casas, como veremos que ganharam outros sentidos na pandemia, como: de risco, aglomeração e ao mesmo tempo lugar de cuidados.

Por exemplo, se pensarmos a pandemia e o confinamento no Brasil, na Amazônia. A minha casa, no Brasil, em que passei grande parte do confinamento, o ano de 2020, é também um espaço que responde a uma forma de habitar o mundo rural galego, ainda que responda também à moradia de dois professores universitários, portanto, com bastantes livros e espaços em que podemos realizar

o nosso trabalho de forma remota, nós podemos ficar em casa.

No entanto, meus alunos universitários que são em sua grande maioria oriunda de famílias humildes, não têm condição de ficar em casa. A pergunta é: como ficam em casa se moram várias pessoas de diferentes gerações, casas sem vários cômodos? E quem traz comida pra casa, quais são as medidas de distanciamento social e como se efetivam nessas casas? E já para finalizar, as casas foram também na pandemia um lugar perigoso, aonde a violência e os maus tratos foram frequentes, basta olhar para os números crescentes de violência de cunho machista que aparecem em muitos países do mundo. No entanto, continua sendo a casa o lugar de acolhida e aconchego.

Esse novo lema mundial que se impõe, #fica_em_casa, não necessariamente, se fez pensando nessas formas também particulares de se habitar. De que falamos, ou para quem, quando falamos de ficar em casa? E que tipo de casa estamos evocando quando pensamos no confinamento?

Penso na casa como uma configuração social, política e territorial que nos ajuda a pensar também, tempos e espaços diferentes, enlaces para o passado e presente e quem sabe se pistas para o futuro. Falamos, portanto, de territorialidades que são múltiplas, complexas e particulares ao mes-

mo tempo, e que definem formas de se relacionar entre os humanos e com os não-humanos, como co-configurações, como um processo contínuo de construção de habitabilidade que nos marca e que marca aos que temos perto.

MI HOGAR DURANTE LA PANDEMIA MISMOS ESPACIOS NUEVAS DINÁMICAS

La crisis sanitaria mundial desatada a raíz de la aparición y propagación del virus SARS-CoV-2, y de la enfermedad a él asociada (COVID-19), ha tenido múltiples consecuencias en todos los ámbitos de la vida humana. Si bien el impacto de la pandemia y la forma en que se ha tratado de hacerle frente no han sido homogéneas, variando mucho de una región a otra del mundo, e, incluso, de un estado a otro, lo cierto es que, en un mundo hiperconectado como el nuestro, los estados nacionales se vieron abocados a adoptar una serie de medidas para restringir la movilidad de las personas y tratar de cortar la cadena de contagios de la enfermedad. Dichas medidas vinieron a transformar profundamente nuestra cotidianeidad y los espacios por los que ésta transcurría.

Así, muchas de las prácticas que hasta enero de 2020 teníamos por habituales, como dar un paseo, montar en bicicleta, tomar un avión, acudir a un bar o un restaurante, disfrutar de un evento cultural o reunirnos con nuestros familiares, pasaron, de la noche a la mañana, a estar proscritas. Nos encerraron en nuestros hogares, y con ello, los paisajes por los que transcurrían nuestras vidas se redujeron dramáticamente, y todo nuestro mundo

quedó recluso entre cuatro paredes. Seguidamente intentaré exponer, de manera sucinta, cómo esta experiencia disruptiva de escala planetaria vino a transformar radicalmente mi casa, esto es: el lugar que habito junto a mi esposa y mis dos hijos.

Para empezar, trataré de responder al interrogante que dio pie a este texto: ¿qué es una casa? Sin duda, la contestación sería muy diferente (y mucho más sencilla) si la pregunta se hubiese formulado antes de la pandemia, pues pese a su innegable importancia en nuestras vidas, para mi familia la casa era un lugar de descanso y reunión, en el que no pasábamos demasiado tiempo. Un espacio en el que, a grandes rasgos, nos juntábamos todos después de la jornada laboral y escolar para conversar, alimentarnos y descansar durante las noches. Incluso los fines de semana, cuando disponíamos de más tiempo para estar en casa, muchas de las actividades de ocio familiar transcurrían fuera de ésta, en parques, paseos de fin de semana, o visitando a familiares y amigos. Sin embargo, la pandemia y el encierro forzoso decretado por las autoridades gubernamentales de México vinieron a trastocar radicalmente nuestra realidad.

En este breve ensayo procuraré ofrecer unas tenues pinceladas etnográficas sobre mi casa en este último año. Más que sobre sus estructuras físicas (eso lo dejo para los arquitectos), me centraré en

los espacios que la conforman, algunos de ellos contruidos y reconstruidos de forma física durante el confinamiento, y en las prácticas cotidianas adoptadas por mi familia durante el encierro, y la multiplicidad de actividades que hemos venido desarrollando en el ámbito doméstico (muchas de ellas inéditas), desde que se declarara la pandemia hace ya más de un año.

Huelga decir que el transcurrir de nuestra vida cotidiana familiar se ha concentrado en nuestra vivienda. Ello ha implicado que todos los espacios que la conforman, hasta aquellos que resultaban marginales antes del encierro o que eran de uso restringido para los adultos, se hayan visto reconvertidos físicamente y ampliado su funcionalidad. Quizá el ejemplo más evidente lo encontramos en la habitación que hacía las veces de mi despacho, donde almaceno mis libros académicos en una gran librería y se ubica mi computadora personal sobre un escritorio de madera. En este espacio es donde yo solía trabajar cuando traía pendientes de la universidad. A este lugar rara vez accedían mis hijos, de 8 y 9 años en la actualidad, no porque les estuviera vetado expresamente, sino porque sencillamente no encontraban nada atractivo que hacer en él, más allá de ojear algún libro de vez en cuando. Sin embargo, a raíz del cierre de los centros educativos (el cual se prolonga ya por más

de un año), mi despacho se convirtió en la escuela virtual de mis dos hijos durante las mañanas, así como en la oficina donde mi esposa trabaja en la modalidad de *home-office*. Así, los tres comparten varias horas cada día en un espacio que antes nunca ocupaban. Con base a las nuevas necesidades que demanda la escuela y el trabajo en casa, nos vimos en la obligación de tener que equipar el despacho con dos nuevos equipos de cómputo, así como con otra mesa de trabajo y dos sillas. Por lo que a mí respecta, me vi desplazado del que hasta entonces había sido mi lugar de trabajo doméstico, pues leer textos antropológicos, corregir exámenes o impartir clases en línea al mismo tiempo que dos infantes de primaria cursan sus clases es, por decir lo menos, complicado.

Estamos ante un espacio doméstico completamente reconstruido, tanto materialmente (nuevos muebles y equipos de computación) como prácticamente, con el desarrollo de clases de escuela, tiempo de ocio entre materias y trabajo de oficina *online*. En este sentido, las prácticas y roles de los progenitores en el hogar también se han ampliado, pues durante las mañanas, amén de las labores propias de nuestra profesión, también nos desarrollamos como maestros de escuela auxiliares, velando porque nuestros hijos se conecten a su hora, no se distraigan visitando páginas de internet y que

concluyan, en tiempo y forma, las muy diversas tareas que cada día les marcan sus profesores.

Otro espacio profundamente transformando desde el inicio de la pandemia ha sido el patio exterior, ubicado en la parte trasera de la vivienda. Si bien el uso que le dábamos era más bien marginal, debido al sol abrasador y a las altas temperaturas habituales durante la mayor parte del año en Yucatán, ante la declaración del estado de excepción y la imposibilidad de salir de casa, comenzamos a utilizarlo como nuestra única posibilidad para disfrutar del aire libre. Así, de ser un espacio agreste, con piso de tierra, un árbol de naranja agria y algunas plantas por las esquinas, cuya única función era la de servir como tendedero para la ropa, en poco más de un mes pasó a convertirse en el patio de recreo de mis hijos, un comedor al aire libre para las cenas familiares, y en uno de los lugares favoritos de mi esposa y mío para reunirnos en las noches a conversar, mientras compartimos una cerveza o una copa de vino. Como con el despacho, la reconversión de nuestro patio exterior de un lugar intrascendente a uno de los más utilizados de la vivienda, requirió de una serie de modificaciones sustanciales, tanto de apariencia como de equipamiento. Así, la compra de una mesa y varias sillas para exterior, la instalación de un suelo de cerámica, la construcción de una pequeña

alberca (chapotadero, como le dicen en Yucatán) y una nueva iluminación, convirtieron nuestro patio en el segundo espacio más habitado de la casa, en el que incluso mis hijos desarrollan sus clases virtuales de deporte. Con ello, dos de los espacios más infrautilizados de mi vivienda hace un año, actualmente son los más empleados, desbancando incluso a la sala, el comedor o la cocina.

Pero además de los espacios, otro aspecto que se ha visto profundamente alterado es el de las actividades e interacciones que transcurren en el ámbito doméstico, muchas de ellas inéditas hasta la pandemia. Mediadas por la tecnología y las opciones de comunicación que brinda internet, la gran novedad han sido, sin duda, las videollamadas, tanto con familiares y amigos repartidos por el mundo como con los que residen en nuestra ciudad. Conversaciones que, en algunos casos, se prolongan por horas y en las que, como si de una reunión presencial se tratase, los interlocutores compartíamos “virtualmente” bebidas y aperitivos de forma simultánea, cada quien frente a una pantalla en el salón o en el patio de su casa. En este sentido, creo que el encierro doméstico ha venido a reforzar la comunicación y los lazos afectivos con familiares lejanos. Otra actividad que ha venido a refuncionalizar los espacios domésticos han sido los deportes, pues tanto en el salón como el patio

exterior mis hijos realizan, varios días a la semana, sus actividades deportivas, siguiendo a través de videoconferencia lecciones de ballet y baloncesto. Finalmente, otra actividad que ha emergido con fuerza en nuestro ámbito doméstico ha sido la de cocinar, en la cual nos hemos implicado tanto adultos y niños. A partir de preparar platillos complejos que nunca antes nos habríamos atrevido a preparar (por falta de tiempo), y de pasar mucho tiempo en la cocina juntos, los cuatro hemos tejido nuevos lazos de complicidad y convivencia, que culminan con el inmenso placer de comer alimentos elaborados, en equipo, por nosotros mismos.

En conclusión, a raíz de la pandemia y del confinamiento doméstico, la casa se ha convertido en el epicentro donde transcurre la casi totalidad de la vida familiar, albergando en sus espacios todas las actividades (cotidianas y extraordinarias) que conforman nuestra vida: laborales, educativas, de ocio, deportivas, afectivas, festivas y sociales, mismas que antaño se repartían en diferentes lugares específicos. Lo anterior se ha traducido en diversos cambios en la fisionomía de los espacios domésticos, los cuales se han tenido que adaptar a las nuevas necesidades. Dichos cambios no sólo han afectado a la naturaleza y funcionalidad de los espacios físicos del hogar, sino también a las actividades que éstos albergan, y a la vida cotidiana

de la unidad doméstica que se perpetúa en su interior. Asimismo, la convivencia entre los habitantes de la casa se ha hecho más intensa, dando pie a nuevas formas de relación y nuevos roles entre los convivientes, pero también ha venido a reforzar los vínculos afectivos y la complicidad existente entre nosotros.

SUA CASA É A SUA IGREJA MÍSTICA MIDIÁTICA E A ESPIRITUALIDADE

Ao começar a pesquisa, que redundou neste pequeno texto, nos perguntávamos sobre as pessoas que assistem a missas católicas pela televisão. Um hábito de muitos fiéis católicos que se fortaleceu a partir da eclosão da Covid-19 no mundo e no Brasil. Os *lockdowns* generalizados, o medo do vírus, as incertezas angustiantes legitimaram a missa pela TV, no recôndito da casa, uma espécie de útero simbólico. No auge da sindemia do novo coronavírus, o Papa Francisco celebrou uma missa diante de uma Praça de São Pedro vazia, em uma tarde e noite chuvosas e plúmbeas. Um evento televisionado e transmitido via web ao mundo todo. Assim, chamamos aqui a atenção à “metáfora da casa” porque essa invadiu nossa mente e nosso imaginário com a sindemia do coronavírus. Tanto no que tange à imagem casa como morada física como a imagem da morada da alma. Pois foram essa imagem e sonoridade que marcaram o nosso ser durante a pandemia. A necessidade de reclusão longe do contato físico desencadeou a interiorização física e espiritual. Também se modificou o nosso modo de ver o mundo a partir da nossa casa com interioridade obrigatória. Estamos interligados planetariamente, apesar de solitários.

A comunicação restrita ao espaço virtual exacerbou a percepção da importância da presença do outro.

A volta ao espaço doméstico com o “Fique em casa!” exacerba ao mesmo tempo o individualismo, mas interioriza o coletivo. A “metáfora da casa” para dizer da nossa alma onde habitam nossas mais profundas simbolizações, em que reservam espaços de liberdade para o encontro com nosso si mesmo e a dimensão espiritual do mundo interior. Nesse sentido, a imagem da casa com interditos foi muito bem descrita e desenvolvida por Bachelard (1974) como um lugar: “Não apenas as nossas lembranças, mas também os nossos esquecimentos estão aí ‘alojados’. Nosso inconsciente está ‘alojado’. Nossa alma é uma morada. E, quando nos lembramos das ‘casas’, dos ‘apostos’, aprendemos a ‘morar’ em nós mesmos” (Bachelard, 1974, p. 355). A casa torna-se o espaço por excelência dos acontecimentos significativos de construção de novas cosmovisões de mundo, de materialidades do sagrado (Meyer, 2019; 2021), espiritualidades e modos de viver a fé. A casa é o lugar do encontro consigo mesmo, onde cessam a multiplicidade de imagens e tensões do mundo caótico. Entretanto a visão casa idílica de um ambiente de acolhimento do mundo caótico é modificada com a sindemia da Covid-19. A casa, como um espaço íntimo de reflexão e aconchego familiar, perde esse lugar para um local de tensões

(medo do contágio da doença) e conflitos (disputa pelo espaço para o *home office*).

Nos aparelhos se pode ter acesso e guardar em miniatura a imensidão das imagens do mundo. Estar em casa não implica necessariamente estar em uma cela íntima de reclusão espiritual. Que espaço é esse que se torna a casa contemporânea? Hodiernamente, com a reclusão nos espaços domésticos e a proibição dos ritos dos templos físicos, qualquer um pode participar da “comunhão espiritual”. Houve um retorno aos cultos nas igrejas domésticas. Então, como ficam os cerceamentos dos dogmas rígidos em um mundo da cultura digital e virtual? As telas ocupam o espaço central da casa seja no ambiente da sala, do quarto, da cozinha: a casa digitalizada. Mas, principalmente, nas palmas das mãos pelo *smartphone*, o mundo da vida é expandido para a vivência *onlife* (Sbardelotto, 2015). O toque que faz o telefiel é a partir das suas escolhas pelos dígitos. Desse modo, ele configura uma imagem de mundo através do *touch*. Através da navegação on-line pode-se construir mundos fictícios virtuais criando “bolhas” (Sloterdijk, 2016). Ainda que essas participem de um mundo globalizado a partir da casa pela “comunhão espiritual”, os telefíeis não podem viver o fervor litúrgico que promove a função gregária da comunidade por meio do rito que organiza, instaurando e mantendo

o mundo com sua realidade refeita (Berkenbrock, 2015). Se anteriormente a sindemia Covid-19, de acordo com Schütz (2018) em sua obra *A construção significativa do mundo social* a vida, constituía-se no mundo da vida (*lebenswelt*), nas relações intersubjetivas no face a face (Schutz, 2018), com a obrigatoriedade da reclusão e com o “fique em casa!”, as relações sociais tornaram-se a distância. Nem mesmo pode-se visitar os parentes doentes ou ir ao cemitério enterrá-los. O cuidado com os doentes e os ritos fúnebres são proibidos. Marcinha (54 anos), uma interlocutora com quem já se havia estabelecido anteriormente vínculos realizados por meio de pesquisas com base na teoria da etnografia clássica de Geertz (1989), e agora com o hibridismo da etnografia virtual pelo *WhatsApp*, diz que a única coisa que ela pode fazer é rezar com a família em casa. Pedir a Deus por eles. A maneira que o cristão tem condições de intervir na realidade é por meio da súplica a Deus. A oração suplicante torna-se a forma de intercessão pelos doentes e mortos. A proibição dos ritos nos templos físicos transpõe os ritos da missa para o templo virtual, a forma de participação da comunidade de fé contemporânea. De todo modo, as inter-relações perdem a sua força através da interação de adquirir sentidos intersubjetivos no mundo da vida.

Nick Couldry e Heeps (2020) sublinham que a

internet ampliou as relações como pensou a clássica fenomenologia do mundo social. O mundo da vida tornou-se *onlife* com a midiaticização e a convergência cultural do virtual, a vida cotidiana passa a acontecer na maior parte do dia através da internet (Jenkins, 2008). Ou seja, suscita uma nova forma de compreensão do conceito de “mundo da vida” de Schutz (2018; 2019), pois o domínio do *on-line* opera um giro 360° nos paradigmas sobre o espaço, o tempo e a forma do sujeito cognoscente criar sentidos subjetivos de vida. Aos fiéis foram dadas instruções através de *lives* pelos meios de comunicação social como proceder às celebrações familiares cristãs-católicas e o conselho: “Fique em sua casa, fique em sua Igreja Doméstica”. Como é possível ser Igreja sem povo? Não há pessoas na igreja, mas há Igreja nas pessoas, alguns dizem: “A Igreja não fecha, o que fecha é o lugar do culto”. Para compreensão desse fenômeno da virtualização das experiências religiosas cristãs católicas contemporaneamente com a sindemia do SARS- COV-2 (Covid -19), com a consequente proibição dos rituais no templo físico, a missa passa a acontecer exclusivamente no ambiente virtual. É preciso ir ao encontro dos telefíeis que vivenciam a experiência da fé de modo virtual através das mídias sociais e plataformas. A dificuldade em acessar esses sujeitos religiosos é um entrave, caso não se tenha já uma

rede de interlocutores possíveis e disponíveis à pesquisa.

Aqui a pesquisa virtual foi possível, pois já estava em andamento pesquisas de campo presencial com os telefíeis. Buscamos pelas narrativas dos telefíeis esboçar o sentimento, as práticas e formas de ritualizar em casa, que são diferentes de quando no templo físico. Segundo Meyer (2018), as mídias tornam-se “hiperparentes”, ou seja, tornam-se “mediadoras” diretas do sagrado com “formas sensoriais” e “ideologias semióticas” que legitimam certas materialidades, formas discursivas e gestuais diferentes da tradição. Construímos, desde a primeira fase da pesquisa, uma tipologia do campo: a) *telefíel liminar*; b) *telefíel peregrina*; c) *telefíel convalescente*; d) *telefíel arraigado da tradição*; e) *telefíel irreverente guardião da tradição*; f) *os telefíeis nativos do mundo midiaticizado*. Seleccionamos aqui para a reflexão neste texto dois *telefíeis nativos do mundo midiaticizado*: Marcela (17 anos) e Evandro (23 anos) como interlocutores da pesquisa, ou seja, *os telefíeis nativos de um mundo midiaticizado* fazem suas adesões religiosas baseados em uma “espiritualidade da escolha”. A geração dos predecessores não tinha essa visão de mundo, pois a adesão era feita desde a tradição familiar. Para investigarmos essa metamorfose da fé, dois telefíeis em uma faixa etária anterior, faremos um paralelo comparativo

da vivência, na verdade um *spoiler*. Neste intento, duas interlocutoras da pesquisa da primeira fase, nomeadas como a *telefiel peregrina do quarto* (54 anos) e a *telefiel convalescente* (76 anos), com suas experiências e vivências das missas virtuais pela televisão serviram-nos com suas narrativas de histórias de vida em contraponto com relação à geração *dos telefiéis nativos do mundo midiaticizado*. Essas duas gerações contemporâneas, no entanto, não são consociadas no face a face (Schutz, 2019). *A telefiel convalescente revela a mística midiática* – termo designado por mim. A mística midiática é um fenômeno que acontece a partir de casa em frente à tela da TV com o recurso dos aparatos tecnológicos com “formas sensoriais” e “ideologias semióticas”, que desencadeiam certo tipo experiência religiosa diferente da mística cristã até então. *A telefiel peregrina* relata que mesmo de casa para ela “é como se estivesse lá” presente no lugar do culto. Essa sensação da experiência não é sentida da mesma forma pelo *Nativos do mundo midiaticizado*, eles consideram os recursos *on-line* para participarem do rito eucarístico, mas não suprimem a falta da incorporação da hóstia. O lugar do culto é uma questão da casa interior, mas também a casa física transforma os modos do sujeito religioso viver a espiritualidade. Na sindemia que vivemos os antigos hábitos de recolher-se em casa para assistir

pela TV se fortaleceram. A investigação mostrou, contudo, que diversos são os perfis dos fiéis católicos que participam de uma comunidade religiosa imaginária, como podemos chamar. Com esses hábitos, os telefiéis cultivam laços sociais e procuram dar sentidos mais fortes para sua identidade católica diante das incertezas e dos medos postos pela sindemia do novo coronavírus.

Este texto é fruto da pesquisa desenvolvida entre os anos de 2018 a 2021, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. A pesquisa foi devidamente autorizada pelo Comitê de ética e os nomes dos fiéis que aqui se encontram são fictícios. Acompanhamos 6 pessoas, entre homens e mulheres, dentro dos protocolos sanitários, em seu lar e os entrevistamos. Essas pessoas eram de uma cidade média, Juiz de Fora (577.532 mil habitantes) e uma cidade pequena, São José das Três Ilhas (250 habitantes).

Referências bibliográficas

Bachelard, G. (1974). *Poética do Espaço*. Coleção Os Pensadores, 1ª Edição. São Paulo: Editora Abril Cultural.

Berkenbrock, V. J. (2018). Mapas Lexicais e Semânticos: O uso da lexicalidade como metodologia de pesquisa sobre a experiência religiosa. In: SILVEIRA, Emerson José Sena da. *Como Estudar as Religiões: Metodologias e Estratégias*. Petrópolis: Vozes.

_____. (2020). O rito e o refazer a realidade. In: Daibert Jr., R.; Floriano, M. G.; Couldry, N.; Hepp, A. *A construção mediada da realidade*. Tradução: Araújo, L. São Leopoldo: Ed. Unisinos.

Floridi, L. (2014). *The manifesto onlife: Being Human in a Hyperconnected Era*. Luciano Floridi Springer.

Gertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC.

_____. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC.

_____. (1997). *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução: Joscelyne, V. M. Petrópolis: Vozes.

Hine, C. (2004). *Etnografia Virtual*. Barcelona: UOC.

Jenkins, H. (2008). *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph.

Le Breton, D. (2009). *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Tradução: Peretti, L. A. S. Petrópolis: Vozes.

Meyer, B. (2019). *Como as Coisas Importam: Uma Abordagem Material da Religião* - Textos de Meyer, B. Orgs. Giumbelli, E.; Toniol. J. R. R. Porto Alegre: Editora UFRGS.

Sbardeloto, M. (2013). Midiamorfose da fé: Continuidades e transformações da religiosidade na Internet. In: Mídias e Religião: *A comunicação e a fé em sociedades em midiatização*. Organizadores: Gomes, P. G., Fausto Neto, A., Sbardelotto, M.; Magalhães, T. Universidade Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Ed. Unisinos, Casa Leiria.

Schütz, A. (2018). *A Constituição Significativa do Mundo social: Uma introdução à sociologia compreensiva*. Tradução: Costa, T. Petrópolis: Vozes.

----- (2019). Sobre Múltiplas Realidades. Tradução: Koury, M. G. P. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 18, n. 52, p. 13-47, abril.

Sloterdijk, P. (2016). *Esfera I: Bolhas*. Tradução: Marques, J. O. A. São Paulo, Estação Liberdade.

CASA - VIAGEM

“De como o autor deste erudito livro se resolveu a viajar na sua terra, depois de ter viajado no seu quarto; e como resolveu imortalizar-se escrevendo estas suas viagens.”

Almeida Garrett *Viagens na minha terra*, 1846

A pandemia Covid-19 trouxe consigo o confinamento a um lugar: *a casa*. Esta emergiu como uma *ilha* rodeada por mares inseguros, magnetizou a vida daqueles que nela vivem, sem, contudo, se quedar isolada. Efetivamente, a casa abriu-se ao mundo e intensificou-se o *viajar em casa*, acolhendo-se outras casas, outros mundos e até se descobrindo lugares desconhecidos na própria casa. O confinamento em casa talvez tenha sido apenas um hiato na alienante rotina da vida moderna, muito embora alguns tivessem tido a ilusão de alcançar a *casa-viagem*.

A casa

Há casas e casas. A *casa-grande* não é a *senzala* (G. Freyre), não apenas pela sua *estrutura arquitetônica* como também pela sua *estrutura social*. Mais de dois mil anos, mais de onze mil quilômetros e bem mais

do que o tamanho separam *a pipa* de Diógenes da *The One*, maior casa do mundo, construída no topo de uma colina de Los Angeles. A cabana de Thoreau era pouco maior do que a de Kaczynski, mas ambas serviram de *abrigo do mundo*, em ambas foram cogitados manifestos de crítica social expressos em formas divergentes de desobediência civil, pacífica ou violenta, que os levaram a outra casa, à *prisão*, a Thoreau por um dia e a Kaczynski pelo resto da vida e de outras se as houvesse. A biblioteca do topo da Torre onde Montaigne escreveu os seus *Ensaaios* é sem dúvida maior do que a breve biblioteca da casa onde escrevo este *ensaio*. Tão pouco a dimensão deste se assemelha àqueles, porém, eventualmente por admiração, atrevo-me a reproduzir aquela dúvida que Montaigne cunhou numa moeda e na vida, *Que sais je?* Bom, à confissão de admiração devo associar a confissão de ignorância, pois não sei responder em absoluto à pergunta que orienta este ensaio, *O que é uma casa?*, ainda que não me escuse de ensaiar.

O que é que faz de uma casa, casa? Se concebermos a casa enquanto expressão de *abrigo*, poderíamos considerar a necessidade de que ela tivesse chão, paredes e teto. Contudo, se nos deixarmos levar pela melodia do poema-canção de Vinícius de Moraes denominado, precisamente, *A casa*, logo no primeiro verso, o poeta adverte-nos que “era

uma casa muito engraçada”, pois “não tinha teto, não tinha nada”, “não tinha paredes”, “não tinha chão”. Porém, apenas no último verso Vinícius nos anuncia a geografia feérica desta casa, pois situa-se na “Rua dos Bobos, número zero”. Claro que uma casa *real* muito provavelmente terá chão, paredes e teto, mas estas condições arquitetônicas necessárias podem não ser suficientes para fazer de uma casa, casa. Como afirma Heidegger “nem todas as construções são habitações”, contudo, continua, “parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta.” (Heidegger, *Construir, habitar, pensar*). Efetivamente, para habitar uma casa é necessário pôr em prática todo um delicado processo de apropriação e de simbolização do espaço. Desde a parede da *Cueva de las Manos* numa gruta da Patagônia até um quadro familiar numa parede de uma casa atual há, sem dúvida, uma grande distância temporal e estética, porém, em ambas, a decoração apresenta-se como um mecanismo de domesticação do espaço que permite refletir e transpor os limites da parede.

Com efeito, para *construir* uma casa para *habitar* talvez seja necessário torná-la *nossa*, insuflar cada recanto de sopros de vida, esconder as paredes atrás de livros ou de fotografias de vivos e mortos, forrar o chão com tapetes persas, acender o teto estrelado; alimentar os gerânios em flor nas janelas; no fundo,

fazer da casa *axis mundi*, fazer a casa e fazendo-se com ela, revestindo-a de uma certa sacralidade tornando-a *noutra coisa*, ou seja, *na nossa casa*.

A ilha.

A casa tornou-se numa *ilha* no arquipélago da rua, da cidade, do país ou do mundo. “Fique em casa”, ouvia-se tantas vezes numa fala sem rosto, que chegava de todos os lugares a todos os lugares, e assim fomos trocando a voz pelo *silêncio*, *liberdade por segurança*, e, quase sem se dar conta, este pequeno reino, ilusoriamente soberano, foi tomado de assalto de uma forma pacífica, invisível e indolor pela biomedicina que fez da casa um *casulo asséptico*: tirar a máscara, mudar de roupa, desinfetar as mãos, os sapatos e todos os objetos impuros vindos do exterior.

Todavia este isolamento de ilhéu não é absoluto. Poderíamos repetir com o *Asterion* de Borges: “É verdade que não saio de casa, mas também é verdade que as suas portas estão abertas dia e noite aos homens e também aos animais. Que entre quem quiser.” (J. L. Borges, *A casa de Asterion*); é que ainda que *Asterion* seja um prisioneiro “não há uma porta fechada” (J. L. Borges, *A casa de Asterion*). Aproveitando a porta aberta, o capitalismo entra e põe a casa a andar.

Durante o confinamento, a casa tornou-se um lugar sem lugar, pois, tal como na aludida casa de Asterion, “qualquer lugar é outro lugar (...). A casa é do tamanho do mundo; ou melhor, é o mundo.” (J. L. Borges, *A casa de Asterion*). Então, neste perpétuo movimento não se pode ficar no cais, se não se pode ir até ao lugar de trabalho, ele embarca, com o título, *teletrabalho*; se não se pode ir até lugares de consumo, eles embarcam, com o título, *teleconsumo*; e, assim, a casa tornou-se numa *unidade de produção-consumo*.

À ilha foram aportando diversas novidades. Surgiu um *novo léxico*, quase sugerindo que *os limites da ilha eram os limites desta linguagem* (L. Wittgenstein), uma espécie de novíngua orwelliana que silencia outras linguagens e que convidava os *leigos* ao seu manuseamento na certeza de que ela era dominada pelos *agentes científicos*: “Covid-19”, “R(t)”, “bolha”, “passeio higiénico”, “distanciamento social”, “isolamento profilático”, “carga viral”, “testes de PCR”; “teste de antigénio”; “surto”; “contágio”; “infecção ativa”; “reinfeção”; “zaragatoa”; “nasofaringe”... Todos os dias, a todas as horas, também chegava à ilha um *novo código de verdades mensuráveis*: “número de infetados”; “número de internados”, “número de internados em cuidados intensivos”; “número de óbitos”; “número de recuperados”. À ilha igualmente se acercou um *novo código de*

comportamentos, no qual a porta se tornou o limbo entre o mundo impuro e o mundo puro, entre o sagrado e o profano; em nome do qual se redefiniu uma nova ética relacional: a cara nua, um despudor; o aperto de mão, um ato clandestino; o beijo, um pecado capital.

A intensiva permanência na *ilha* permitiu descobrir lugares da casa que não se conheciam ou já não se lembravam. A janela que servia apenas para deixar entrar luz e ar passou a ser uma fresta para o mundo; a varanda tornou-se um prolongamento da casa no mundo, uma *interioridade exterior*. Houve quem descobrisse que tinha um quintal e aqui encontrasse a felicidade do exercício de uma liberdade, apesar de condicionada, ainda assim, fonte de privilégio de sentir na cabeça a verticalidade do calor dos raios de sol ou da humidade das gotas de chuva. Houve mesmo alguns que, seguindo o *conselho* de Bachelard, descobriram a casa onírica e outros que, talvez sem querer, visitaram as suas *memórias subterrâneas* (L. Dostoiévski).

A casa-viagem.

No fim desta viagem, o que ficou desta experiência quase liminar de confinamento em casa? Ficou, seguramente, a resiliência daqueles que cuidaram da saúde dos outros e daqueles que cuidaram da

sua; ficou o movimento mais ou menos anônimo de solidariedade; mas ficou também o sentimento de contingência, fragilidade, dependência, solidão, medo, no fundo, aquele *sentimento trágico da vida* (M. Unamuno); ficou ainda aquela *onda* de desenhos arco-íris, nas janelas das casas e nas janelas do mundo, com declinações linguísticas e estéticas, “vai ficar tudo bem” ou “vamos ficar todos bem” que, não sendo expressão de má-fé, só pode ser atribuída a uma certa puerilidade, a um estranho desconhecimento ou a um indesculpável descuido perante os tantos que morreram, os tantos que sofreram com os morreram e os tantos que ficaram com mazelas da doença.

O que poderia ter ficado? Se a experiência de permanência em casa tivesse sido realmente introspectiva, seguindo trilhos do avesso da casa e de quem a habita; se, com maior ou menor expressão, a estadia em casa tivesse permitido deixar os seres humanos menos *ocupados*; então, talvez pudéssemos conjugar a efemeridade da casa com a *brevidade da vida* (Sêneca), fazendo deste *tempo de clausura* em casa um *tempo de abertura* para si, um tempo dedicado a si, tão difícil hoje como no tempo de Sêneca, e assim aspirar a chegar à *casa-viagem*. Morar nesta *casa-viagem* exige aprender a habitar a casa, que é outra forma de dizer, aprender a viver, pois esta *casa-viagem* edifica-se em qualquer

lugar, mas apenas no lugar onde se vive. Seguir nesta *casa-viagem* obriga a não estar iludido, mas não perder a ilusão, a sair da pressa rumo à *ataraxia*, seguir outros itinerários que de tão intensamente imanescentes se transcendem: caminhar devagar sem trilho nem destino; respirar serenamente o ar fresco das manhãs; olhar olhos nos olhos das camélias a pintar o inverno; acompanhar a dança rodopiante das folhas dos plátanos não resistindo ao apelo da terra; escutar a envolvimento do silêncio; deixar o dia seguir o seu caminho natural e fecundar suavemente a noite em metamorfoses cromáticas; espantar-se como os pássaros dia após dia, todos os dias, com o esplendor da alvorada; viver.

Talvez esta *casa-viagem* não seja mais do que um devaneio criativo, *mania* resultante da prolongada reclusão, que, por certo, se atenuará progressivamente até se extinguir com o regresso pleno ao *quotidiano sísifico*. Talvez o confinamento tenha sido apenas isso mesmo, um *intervalo* como aquele em que o Sísifo parou para ouvir a lira do Orfeu e depois voltou à sua rotina. Somente por alguma preocupante *enfermidade poética* algum leitor se poderá deixar contagiar e embarcar na *casa-viagem*.

DA ARQUITETURA

FICA EM CASA

Fica em casa! - Como assim?

Fica em casa, foi uma das frases mais pronunciadas neste conturbado período de pandemia. Curiosamente, este imperativo entrou, muitas vezes, em contradição com o próprio conceito de casa dado pelo sentido mais vasto de habitação – lugar para estar e para viver.

Desde as formulações de Le Corbusier de há precisamente 100 anos e também num período de pós-pandemia, ao enunciar a casa como uma “máquina de habitar”, mas sobretudo às menos felizes adulterações deste conceito ao longo do tempo, que a casa, enquanto unidade funcional, estabilizou boa parte da sua organização. A casa contemporânea é, como tão bem refere Manuel Graça Dias, vítima de um certo reacionarismo generalizado, sobretudo por parte dos seus promotores. A lógica do valor financeiro subjacente à habitação acabou por padronizar conceitos e até formas, pelo que hoje, o espaço interior das nossas casas, acaba por ser mais ou menos igual, variando apenas no número de quartos e nas áreas dos compartimentos. Hoje, para uma pessoa mais ou menos experimentada é possível, mesmo olhando desde o seu exterior, imaginar toda a organização de uma qualquer casa.

Qual o vão a que corresponde à sala ou qual outro a que corresponde a cozinha, onde ficam os quartos, como se fazem as circulações internas, onde está a “caixa de escadas”, etc.

A esta padronização da casa corresponde também, em boa medida, a padronização dos modos de viver. Viver na casa e, em boa parte também, viver também fora dela.

A casa não desempenha hoje, como no passado, um papel central da vida familiar. Passamos mais tempo fora dela do que no seu interior e, mesmo quando nos sobra o tempo necessário para nela habitar-mos por períodos mais longos, como é o caso das férias ou dos fins-de-semana, não é raro que dispense-mos o nosso tempo em lugar diverso daquele. Assim, a casa é apenas cenário de uma parte pouco substancial das nossas vidas mesmo que essa pequena parte se revista de enorme significado social.

Passamos hoje mais tempo nos escritórios, nas fábricas, nas escolas, nos centros comerciais, nos restaurantes ou ginásios que na nossa própria casa. A casa foi-se especializando num curto elenco de tarefas e vivências e, também por isso, cedo deu nota das suas insuficiências quando todos fomos remetidos a ficar dentro delas por longos períodos. As casas que tão criteriosamente escolhemos não estavam preparadas para, de facto, vivermos dentro delas.

Escolhemos as casas pela qualidade dos materiais, pelas infraestruturas de que dispõem, pela “proximidade” às escolas e aos locais de trabalho, pelo ruído exterior ou por um sem número de outras minudencias, mas não como um lugar para se viver. A casa cumpre hoje pouco mais que as funções de fazer uma refeição diária mais ou menos em família, umas horas a ler ou ver TV, umas horas de sono reparador e a necessária gestão quotidiana da higiene pessoal. Trabalhar, estudar em casa a tempo inteiro ou simplesmente partilhar a vida familiar, raramente é requisito na escolha, e esse foi, desde logo, a primeira ineficiência que, dado o carácter pouco adaptável do modelo de habitação, só a custo e transitoriamente, conseguimos compatibilizar.

Um outro aspecto que mostrou debilidades nestes tempos de confinamento prende-se com a casa no seu sentido mais amplo. No seu sentido de lugar, de lugar relacional e de vizinhança. Esse “lugar”, que nas nossas vidas se reparte entre os vários espaços que habitamos, tem, na nossa casa, apenas um muito residual espaço do cenário total que as envolve. Para além do trabalho ou de outros afazeres que, por circunstância, somos obrigados a fazer fora de casa, não é raro preferirmos um qualquer restaurante ou bar para confraternização com os amigos e até com os elementos do seio familiar,

por alternativa à própria casa. Essa escolha, que muitas vezes por mera comodidade, resulta quase inconsciente, é fruto de um certo nomadismo moderado, mas também é potenciado pela forma como o desenvolvimento tecnológico encurtou as distâncias. Primeiro fizemo-lo com os elevadores que, ao mesmo tempo que aproximam a porta de entrada do prédio onde residimos com o nosso espaço mais privativo, nos afasta, dos vizinhos e do seu contacto. Depois o automóvel que permite fazer o mesmo na relação da casa com o local de trabalho, com o restaurante ou até com a casa de um outro amigo. A nossa vizinhança deixou de ser a daqueles com quem partilhamos um determinado espaço físico para ser elaborada com quem nós escolhemos para “vizinhos”. O automóvel ou o elevador cumprem essa função de tornar próximo o que está longe, tornar fácil o que era custoso, ao mesmo tempo que nos afasta desse lugar físico onde, de facto, moramos.

Estes meios tecnológicos são talvez os mais absurdos “não lugares” de que nos fala Marc Augé. São apenas o hiato necessário para construirmos o nosso próprio lugar. Neste contexto, para a casa, não importa muito o bairro, não importa muito a rua, não importa sequer o que da janela podemos ver. Quando escolhemos uma casa é raro imaginarmos que um dia aí vamos passear, ou que é do

bairro onde esta se insere que depende a satisfação as nossas necessidades mais básicas. Que é também aí que vamos construir laços, fazer amigos ou cumprimentar pelo nome quem passa.

Migramos para as periferias porque, pelo mesmo valor de mercado, conseguiremos uma “máquina de habitar” de mais alta qualidade do que a que encontraríamos nos centros das nossas cidades sem os inconvenientes do anti-cosmopolitismo da vida no campo.

Quando nos mandaram ficar em casa, todo o sistema ruiu. Obrigados a cumprir a vida dentro de um espaço que nunca foi pensado para o efeito, demos conta da frágil decisão que tomamos. Não conhecemos os vizinhos. Perto de casa não é agradável passear. Não temos uma varanda generosa que possibilite ter contacto com o ar que circula nem sequer permita o estabelecimento de uma nova relação de circunstância. As janelas afinal são meros quadros na parede que nos mostram apenas o céu, ou a desoladora paisagem do bairro que só raramente tínhamos observado a todas as horas do dia. Demos conta que temos compartimentos onde o sol teima em não entrar no inverno e faz-nos falta o muro do quintal onde possamos conversar com o vizinho ou com quem passa. Falta-nos até poder olhar o vizinho!

Nestes períodos de recolhimento ao domicílio todos assistimos ao inesperado repovoamento das casas rurais que, para quem delas teve acesso, foi uma alternativa ao teletrabalho domiciliário mesmo só com ADSL. Essas casas, que nos pareciam trazidas doutros tempos e que só uma memória nostálgica nos fez preservar, mostravam, apesar de tudo, uma adaptabilidade ao estilo de vida que nos foi imposto, que o nosso T2+1 de um andar tipo vivenda de Gondomar, com TV e internet com fibra óptica, ar condicionado, certificado energético A+ e garagem para dois carros, se tinha mostrado completamente incapaz.

Não é de estranhar, portanto, que a alternativa a quem, apesar de tudo, não se pode mudar para a casa de família na aldeia, foi o de continuar a escolher, pelo menos para passear, os parques e jardins do centro das cidades ou as marginais dos rios ou do mar onde, só alguns, parecem ter direito a viver, nem que para isso fosse necessário inventar um animal de companhia ou a prática de um desporto que desprezamos, mas que nos permitia esse livre-trânsito.

Nas últimas décadas, os centros das cidades ou as suas marginais foram, sucessivamente, despojadas dos seus habitantes. Estes foram sendo colocados cada vez mais fora destes espaços, em periferias indistintas e monofuncionais. Curiosamente, quase

todo o investimento em requalificação do espaço público foi sendo direcionado, não para o local onde as pessoas vivem maioritariamente, mas, precisamente, nos locais onde delas parecemos prescindir.

Resta saber se este sobressalto foi impulso suficiente para repensarmos casas, cidades ou mesmo ritmos de vida urbana, ou se, pelo contrário, logo que tudo retome uma certa normalidade, voltaremos ao frenesim quotidiano sem questionar nem a “fábrica” nem a “máquina de habitar” que nos foi dada a escolher e que, de certa forma, é também responsável pelo alheamento com que levamos a vida.

UMA CASA... DE CERTEZA

Quando fui defrontado com a pergunta: o que é uma casa para um arquiteto? Logo lembrei a palavra que definia o conceito: refúgio. A seguir pensei, está feito! Como dizia o grande arquiteto alemão, Mies van der Rohe: menos é mais.

Feliz com a simplicidade e eficácia do meu raciocínio continuei com a minha vida, até que no rádio uma música começou a soar: “Uma casa Portuguesa” com a grande Amália Rodrigues

...Quatro paredes caiadas
Um cheirinho alecrim
Um cacho de uvas doiradas
Duas rosas num jardim
...No conforto pobrezinho do meu lar
Há fartura de carinho
E a cortina da janela é o luar
Mais o sol que bate dela

Aqui começaram as incertezas, talvez o refúgio de paredes caídas e a cortina da janela pudesse ser um tema mais complexo, será que existem conceitos de casas diferentes?

Evidentemente a resposta é sim, mesmo em Portugal uma casa transmontana não é igual que uma alentejana, por não falar de uma comparativa

entre uma casa europeia ou uma asiática, só que estas diferenças teriam mais a ver com diferentes tipologias, funcionais incluso sociais mais do que o conceito genérico, de casa, transversal a todo o mundo.

Então reparei que na sala estava Alexa, o novo membro das ‘casas inteligentes’ e grande oráculo das nossas dúvidas existências e perguntei: Alexa, o que é uma casa?

.....Segundo Wikipédia (Começa má a coisa): “É uma edificação construída e destinada para ser habitada. Pode ser organizada em um ou vários andares, e normalmente, ainda que não de forma exclusiva, refere-se a um edifício destinado a vivenda unifamiliar...”

Talvez muito inteligente não seja, será preciso investigar por outro lado.

Evidentemente a casa, forma e incluso as suas funções foram mudando ao longo da história. Não é preciso também lembrar que existem muitas casas feitas sem arquitetos. O mais próximo do nosso conhecimento e uso do conceito de casa tem a ver com uma série de postulados e de diferentes tendências que começaram em finais do séc. XIX e duraria até à 1ª metade do séc. XX com o início do Modernismo.

Baralhado completamente comecei a pesquisar de forma mais profunda até encontrar a seguin-

te frase do arquiteto americano John Saladino: “Uma casa é muito mais do que um mero refúgio: deve ser um lugar que nos eleva emocional e espiritualmente.”

Por um lado, mantinha a ideia base do conceito de refúgio, embora acrescentava como na letra da Casa Portuguesa outros elementos que tinham a ver com os sentimentos e as emoções. A coisa complicava-se.

Chegados a este ponto nada melhor que recorrer à história da arquitetura para tentar perceber melhor o meu conflito interno. Neste caso, o recurso mais fácil é...Le Corbusier, o mestre dos mestres da arquitetura para esclarecimento de dúvidas. Não foi difícil lembrar uma das suas frases mais conhecidas: “A casa é uma máquina para habitar”. A verdade que assim, de repente, não parecia ajudar muito. Para entender melhor esta ideia é preciso lembrar a paixão do arquiteto franco-suíço pelos carros, barcos e aviões.

Este conceito era a adaptação da revolução industrial que estava a mudar o mundo desde o início do séc. XX, assim, a arquitetura abria-se à racionalização, a prefabricação e a industrialização. As casas, entendidas como uma máquina, seriam um objeto útil e deveriam de ser produzidas da mesma forma que os carros. Em 1927, Le Corbusier apresentou em Estugarda (Alemanha) na exposição

Weißenhofsiedlung a denominada *Maison Citröhan* expoñente de todas as ideas maquinistas aplicadas à arquitectura transformando assim as casas em algo estandarizado, popular e producido em série. Este conceito de ‘máquina para habitar’ também foi testado por Walter Gropius em 1925 nas Casas dos Mestres da Bauhaus pensada a partir de um protótipo ‘*Baukasten im Grossen*’, que tinha desenvolvido o próprio Gropius, e que se poderia unir para construir ‘máquinas de habitar’.

Partindo do princípio de que este conceito era só para a construção da casa, faltava algo que definisse não só a forma de construir as casas como a essência da mesma, já que nesta altura o fato de ser um refúgio era indiscutível.

Assim outra frase do Le Corbusier deu uma nova pista: “A casa deve ser o estojo da vida, a máquina da felicidade”. Já não é só uma máquina para habitar é uma máquina da felicidade o desejo de todo ser humano ser feliz. Nos ditados populares por todo o mundo há referência à casa: “Minha casinha: meu lar” (Portugal), “*Casado casa quiere*” (Espanha) e o célebre “*Home sweet Home*”, americano. Todos expressam implicitamente a importância da casa não só como refúgio senão que a parte sentimental e afetiva torna a mesma um ponto forte da nossa vida.

Com isto tudo, depois de refletir em todo este percurso e olhado para a minha própria casa, como arquiteto posso dizer que:

“A casa é um refúgio recheado do material com o qual se constroem as memórias e os sonhos”.

E SE AS CASAS TIVESSEM ASAS

“Fiquem em Casa!” é a palavra de ordem que se ouve de há uns tempos para cá. Casa, o nosso espaço, o nosso abrigo, a nossa proteção, o último refúgio que ocupamos com sentido de “Lugar”. É lá que queremos comemorar, que queremos ser amados, que queremos ficar doentes, que queremos descansar, que queremos dar o último suspiro... enfim! A Casa ganha o sinónimo de pertença de um espaço, qual muralha impenetrável, que nos há-de proteger de tudo e de todos, até deste vírus teimoso que ninguém sabe como controlar. E esta sensação de insegurança, que assola a nossa mente, leva-nos a ficar fechados em Casa, transformando esta necessidade numa experiência que evidencia as virtudes e defeitos de um novo “modus vivendus”, assente num sentido de segurança e família. Até os nossos emigrantes querem voltar à sua casa, não querem adoecer, morrer, ficar por outros lugares. Querem estar com a sua família, na sua Casa. E de repente tudo mudou (a capacidade do ser humano saber adaptar-se a novas realidades é incrível), tudo deixou de ser importante na vida a não ser ficar em Casa. Agora, compreendemos que a vida agitada que levamos, o stress diário, os compromissos, as viagens, o trabalho, etc, nada vale comparada com a

segurança do nosso lar. A nossa Casa transformada em Lar, significado especial para Casa, termo que surge do ato de “acender a Lareira”, lar como termo afetivo e familiar de Casa, que define o sentido de propriedade, o nosso espaço (bem ou mal desenhado), e que garante a nossa privacidade e segurança. Essa segurança que sentimos quando estamos em Casa. A Casa, essa que nos deve proteger do frio, do calor, da chuva, do vento, de ataques de terceiros, e que agora também deve proteger dos vírus que por aí andam. Agora, temos mais tempo para entender o nosso espaço, a nossa Casa, o nosso lar, a nossa habitação. Perceber o ato de habitar, perceber o espaço em que vivemos e como ele interfere positiva ou negativamente no modo de vida do nosso dia-a-dia, nas nossas ações, é algo que vamos aprender a experienciar nos próximos tempos. Em “Habitar”, (2017), Juhani Pallasma, a propósito do ato de habitar, e a sua relação direta com as dimensões, espaço e tempo, refere que atualmente, dada a velocidade vertiginosa da nossa sociedade, o fator tempo tem vindo a perder importância na nossa forma de habitar; *“A modernidade comprometeu-se prioritariamente com o espaço e a forma, enquanto o tempo, uma qualidade essencial da nossa existência, foi negligenciado.”* Das habitações mais simples às mais elaboradas, das mais frágeis às mais seguras, a nossa Casa transforma-se numa nave espacial, epicentro

do nosso dia-a-dia, como se nos fosse faltar o ar quando a deixamos para trás no caminho para o trabalho ou para tratar de um assunto urgente. E se as casas tivessem asas, e se pudéssemos comandar a nossa Casa, voando pelo alto das nossas cidades, admirando a sua beleza enquadrada num silêncio profundo, onde falta a vida, onde faltam pessoas, carros, motas, bicicletas, onde falta o barulho e as cores do bulício do dia-a-dia, onde o tempo parou... As nossas Casas ocupam cidades desertas, moribundas, com as suas ruas praticamente desertas por quem lhes dá vida todos os dias e que agora se refugia em Casa. Intermitentemente as Lojas fecharam, os cafés, restaurantes, e outros espaços comerciais fecharam. Os escritórios esvaziam-se, os negócios vão paulatinamente fechando as portas, e os gabinetes e outras instituições ligadas à arquitetura não são exceção apesar de ser uma das poucas áreas que continuou a laborar. As cidades perderam a sua essência, perderam o que lhes dá sentido, as pessoas, e agora pensamos nas ruas e nos espaços públicos com saudade, uma saudade precoce marcada pela ausência de atos tão simples como, estar, deslocar, passear e conseqüentemente socializar. Mesmo assim, as pessoas souberam reagir às adversidades que o vírus impôs nas nossas rotinas diárias, e na generalidade adotaram o sistema de teletrabalho para poderem continuar a sua ativi-

dade profissional, transformando rapidamente as suas “naves espaciais” em escritórios, rodeados do conforto do lar, com a sala de comando dominada pelo computador. Saber-mo-nos abstrair das pequenas distrações domésticas enquanto trabalhamos, é nos dias de hoje uma arte, uma arte que em nada se compara à azáfama e à adrenalina do ambiente do nosso local de trabalho. A tecnologia permite, e equipas inteiras coordenam-se e adaptam-se a esta realidade. Discute-se on-line, tomam-se decisões não presenciais, reúne-se pelo Skype, ensina-se através do Zoom, e projeta-se a partir de Casa, tendo como base um escritório vazio, com computadores, impressoras e servidores, que nos ligam a uma realidade que preferíamos não estar a viver. Temos de nos resguardar, mas o trabalho não pára, a arquitetura continua o seu ritmo, mas há questões que se colocam num futuro próximo e que são pertinentes para nossa reflexão e atuação.

Passado mais de um ano de pandemia, em que assistimos a altos e baixos no número de pessoas infectadas, traduzindo-se nos “picos”, que nos obrigam a permanecer ou não confinados em casa, aprendemos a viver de outra forma. O medo apoderou-se do nosso dia-a-dia. Na nossa Casa já não se recebem os amigos, nem sequer os pais ou outros familiares, e os hábitos sociais alteram-se. A Casa é vista como uma fortaleza que no seu último

reduto nos oferece a segurança necessária para nos sentirmos “vivos” e onde sempre podemos viver sem máscara.

E o que mudou nas casas e conseqüentemente no nosso dia-a-dia? De facto em algumas Casas, à falta de restaurantes, nunca se cozinhou tanto! Os filhos estudam em Casa, os pais trabalham em Casa (se possível), e o escritório, peça descartável na definição do programa de uma habitação, hoje em dia não chega para as encomendas e torna-se peça fundamental. As garagens, protegem veículos que se encontram parados e transformam-se em ginásios improvisados. Assim se vão mudando as tipologias e programas das novas Casas. Esta adaptação tipológica a uma nova forma de viver poder-se-á encaixar em várias narrativas, urbanas ou rurais, sob o mesmo contexto, mas sob problemáticas e condicionalismo diferenciados. As novas Casas exigem boas áreas exteriores, mais varandas, mais casas de banho do que o normal, um bom Hall de entrada, fundamental para deixarmos alguns dos nossos pertences “infetados” e sobretudo mais e melhor “espaço” para podermos dar sentido ao “tempo”. As novas Casas serão certamente mais confortáveis, estaremos perante as novas máquinas para viver?

Durante alguns meses vamos ter de carregar no “pause” dos nossos hábitos profissionais diários e

dar tempo à dimensão tempo. E depois disso? Nada será como dantes. Esta nova experiência de vida vai mudar a forma como “fazemos” a arquitetura e como desenhamos as casas. Nesta altura muitas questões se levantam. Depois de ultrapassarmos esta nova crise devemos-nos questionar sobre como poderemos melhorar vários tipos de procedimentos que aplicamos nas nossas rotinas profissionais, como por exemplo os processos de licenciamento, as reuniões de obra, as comunicações e interações internacionais, as pesquisas, a organização dos processos, o ensino à distância, no fundo, como vamos comunicar entre nós. É evidente que haverá mudanças em função desta nova experiência de trabalho, todos sabemos que o teletrabalho existe há muito tempo, mas a partir de agora vamos todos ficar a saber as suas verdadeiras vantagens e desvantagens, para, a partir de aí conseguirmos melhorar determinados aspetos da nossa vida profissional. Será que todos aqueles kms realizados para ter uma reunião fizeram sentido? Não poderia ter sido concretizada a partir de casa? Não pouparia mais tempo? E a pegada ecológica? Tantas perguntas que nos atiram definitivamente para a era digital, para uma nova era na comunicação, onde o site é a representação virtual de um negócio ou empresa, ou de uma instituição, cujo espaço físico (se existir), será o suporte da sua atividade. A tecnologia evolui,

o 5G está à porta, e o que mais ainda nos trará a era digital, além das impressoras 3D, hologramas, realidade virtual e outras formas de representação? Estas tecnologias já fazem parte do nosso quotidiano, e a rápida e permanente evolução dos vários softwares apontam caminhos que nos impelem inconscientemente à ânsia em termos de saber e conhecer mais e mais. Mas até quando poderemos viver assim em teletrabalho, fechados a sós ou em família na nossa *nave espacial*, substituindo as nossas ações diárias por ações virtuais à distância, esperando o fim de uma etapa que não estava nos nossos planos e cujas consequências não sabemos ainda quais serão. Fiquem em Casa!

DO DESIGN

O NOSSO ABRIGO

“Abrigo é o primeiro conceito que temos de uma casa. É o local onde é suposto sentirmo-nos seguros.” Esta é a ideia preconizada pelo realizador Boris Benjamin Bertram no seu documentário “The Human Shelter: An Expedition Into What Makes A Home” (2018). Bertram explora, através do registo de diferentes vivências, as particularidades que conferem a uma habitação o estatuto de “lar”, independentemente da sua materialidade, da sua localização ou do contexto de uso. Nesta volta ao mundo, ficamos a conhecer uma casa de criadores de renas nómadas na Noruega, um apartamento em Nova Iorque, abrigos num campo de refugiados no Iraque, o habitat da NASA no Havai, uma casa na árvore no Uganda, uma cápsula de oxigénio em Tóquio e, ainda, um bairro de lata sobre a lagoa de Lagos, na Nigéria.

Inversamente, no último ano, e sobretudo nos primeiros meses de pandemia, o nosso lar passou a ser primeiramente o nosso abrigo. O confinamento obrigatório e o desconhecimento de uma nova realidade contribuíram para que a nossa habitação passasse a ser vista, exclusivamente, como o refúgio que nos defendia do contato e da contaminação por um novo vírus. Para muitos, a saída de casa

limitava-se à necessidade extrema de “procurar” alimento, durante a qual a sensação de se ser alvo de um qualquer *sniper* era real.

Nesses meses de confinamento, a segurança que a nossa casa nos proporcionava prevalecia sobre qualquer outro aspeto. A habitação era o nosso abrigo, independentemente de ser mais funcional ou menos funcional, mais confortável ou menos confortável. À medida que fomos somando dias, semanas e meses ao período de confinamento, ainda que intercalados por períodos de alívio, esta ideia foi-se desvanecendo e o tempo que passámos confinados levou-nos a ver a nossa habitação sob outras perspetivas e a questionar o seu desenho.

O conceito de *responsivo* parece-me, neste caso, apropriado para classificar a nossa casa em tempo de pandemia. Este termo, que no campo da informática se aplica a um site ou página da internet, programada para apresentar diferentes configurações, permite-nos catapultar a análise crítica que fazemos dela. Com a pandemia, as divisões converteram-se em gabinetes, salas de reunião, salas de aula e pequenos auditórios, num misto de residência e escritório, onde a prática do teletrabalho e do ensino à distância permitiu verificar se a casa respondia de forma rápida e adequada às exigências da situação.

A primeira conclusão é que, de facto, o problema da concentração de pessoas em teletrabalho e ensino à distância não residiu na dimensão da casa, mas sim na convergência dos seus habitantes, numa parte da casa, motivada pelo melhor acesso à rede de internet. Segundo o relatório *Habitação e COVID-19* (Pereira; Matos, 2020), é a taxa de ocupação elevada, traduzida em menos divisões por pessoa, o que mais contribuiu para a inadaptabilidade da habitação ao confinamento.

As reuniões “Zoom” passaram a fazer parte de um novo normal, assim como os problemas da rede que causaram, e ainda causam, situações caricatas como aquelas retratadas em “A Video Conference Call in Real Life” (Stanton, Crosby, 2015). Durante cerca de 3 minutos, podemos rir com o personagem que se esquece de ligar o microfone, a imagem e o som distorcidos de alguém que tenta aceder à internet através de um wi-fi público, o eco que as chamadas produzem ocasionalmente, as caras cortadas, a imagem parada, a criança que abraça o pai em direto e, depois, um grande final. Um mês antes do primeiro confinamento, a maioria de nós acharia pouco reais as situações retratadas; contudo, hoje, encontramos demasiadas semelhanças com o nosso dia-a-dia de trabalho.

A casa foi o primeiro ambiente onde vivenciámos o confinamento, criando-nos novas sensações

sobre as condições do espaço que habitamos: a sua organização, a sua dimensão, a sua capacidade para proporcionar isolamento e privacidade temporários, o mobiliário, a decoração, os resíduos e as condições ambientais. A organização desperta-me memórias sobre “Minimalism: A Documentary About the Important Things” (D’Avella, 2015). Joshua Fields Millburn e Ryan Nicodemus, protagonistas desta história, promovem um estilo de vida minimalista e tentam demonstrar a importância das coisas simples através de entrevistas a pessoas que rejeitam a ideia de que as posses materiais trazem felicidade. Este abanar de consciência fez-nos atentar à quantidade e variedade de “coisas” que acumulamos em nossas casas, durante anos, e despertou-nos para a consciência da sua real utilidade e da ocupação de espaço.

Estabelecidas as devidas prioridades e as efetivas necessidades, a alocação das divisões a cada membro da família pautou-se pelo sentido de pertença. Se num primeiro momento o diálogo e a compreensão reinaram, numa segunda fase, não muito longínqua, a negociação impôs-se pela troca por uma divisão com melhores condições de isolamento, privacidade ou acesso à internet.

As novas rotinas e os novos hábitos impulsionaram o desejo de novas soluções. Para os designers, este tipo de problema é sempre uma oportunidade

para idealizar novos cenários. O estúdio de design Livit (2020) criou o ‘Studypod’, uma cabine independente que possibilita aos utilizadores isolarem-se e trabalharem no interior ou no exterior das suas casas de forma concentrada. Uma vez dentro de um “pod”, podemos desfrutar do silêncio e da privacidade, ao mesmo tempo que fazemos parte do ambiente da casa. É, no fundo, um refúgio para onde se pode “fugir” em situações de “pânico” e quando os sinais de degradação da saúde mental surgem.

Por (de)formação, as situações de trabalho em casa levaram também a uma constante avaliação do mobiliário em termos ergonómicos, funcionais e estéticos. O uso intensivo de cadeiras e mesas permitiu identificar os defeitos (ou a desadequação) que em situações de pouco uso não se acentuariam. A associação deste facto à desarrumação frequente faz-nos pensar em algo que pudesse ser ao mesmo tempo uma superfície de trabalho e uma caixa para guardar objetos. O designer sueco Alexander Lervik partiu da mesma ideia para projetar o aparador Kabinett (Adea, 2020), que também funciona como secretária, juntando dois produtos que resultam numa configuração aparentemente confortável e ergonómica para trabalhar em casa. Lervik projetou este móvel para fazer o melhor uso do espaço e, ao mesmo tempo, parecer bastante enquadrado

na sala de jantar.

O tempo que a pandemia nos obrigou a permanecer em casa também fez aumentar a percepção sobre a quantidade de resíduos que geramos. Ao observarmos diariamente o nosso mini ecoponto doméstico, notámos o crescimento descontrolado de embalagens que descartamos. Este facto estimula-nos a refletir sobre a prevenção da produção de resíduos, que significa diminuir a quantidade de resíduos que produzimos na fonte. A Agência Portuguesa do Ambiente sugere-nos “12 gestos para prevenir a produção de resíduos!” (APA, 2021) que todos devíamos conhecer, como, por exemplo, comprar a granel ou em formatos grandes. Uma solução para os resíduos orgânicos que produzimos em casa poderá ser o eletrodoméstico Lomi (Pela, 2021), que tem a capacidade de transformar os nossos resíduos em fertilizante, através do processo de compostagem. Este pequeno artefacto, pouco maior do que uma torradeira, transforma não só restos de comida, como também pequenos objetos feitos de bioplásticos ou outros materiais compostáveis, e não liberta odores. O resultado final é um adubo orgânico que podemos adicionar à terra das nossas plantas, impulsionando o seu crescimento e vitalidade.

O conforto ambiental da nossa casa foi também uma preocupação. A temperatura, a humidade

relativa, a qualidade do ar interior ou a luz natural foram sendo monitorizados à medida que íamos sentindo um maior ou menor desconforto. Dado que a melhoria dessas condições depende em grande parte de uma remodelação estrutural, restou-nos dotar a nossa casa com a imagem de um ambiente virtual, do tamanho do ecrã da televisão. Os “ambiente” vídeos conseguem transportar-nos para um ambiente aconchegante, durante várias horas. Uma noite de inverno e um ambiente de café, o barulho da chuva e uma relaxante música jazz ajudam-nos a aliviar o stress, trabalhar ou ler um livro. Isabel Moura Pinto assina um artigo sobre o tema no Jornal Público online, intitulado: “No YouTube, os *ambiente videos* abrem janelas para vários mundos — e a pandemia escancarou-as” (Pinto, 2021).

Referências bibliográficas

APA, (2021). *12 gestos para prevenir a produção de resíduos!*. Retrieved from <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=84&sub2ref=106&sub3ref=274>

Bertram, B. (2018). *The Human Shelter: An Expedition Into What Makes A Home* [Documentário]. Retrieved from <https://vimeo.com/275253763>

D’Avella, M. (2015). *Minimalism: A Documentary About the Important Things* [Documentário].

Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=0ColIptd4p4>

Lervik, A; ADEA (2020). *Aparador Kabinett* [Produto]. Retrieved from <https://adea.fi/products/smartwork/kabinett/>

PELA (2021). *Lomi* [Produto]. Retrieved from <https://www.designboom.com/design/lomi-kitchen-appliance-turn-waste-to-compost-04-26-2021/#>

Pereira, S; Matos, M. (2020). *Relatório Habitação e COVID-19* [PDF]. Retrieved from https://4151a-5c8-348c-441f-9545-a7bec6c67a9e.usrfiles.com/ugd/4151a5_f084f419db2140d1a8493016a37e5e46.pdf

Pinto, I. (2021). *No YouTube, os ambiente videos abrem janelas para vários mundos — e a pandemia escancarou-as* [Artigo Jornal Público online]. Retrieved from <https://www.publico.pt/2021/04/27/p3/noticia/youtube-ambiente-videos-abrem-janelas-varios-mundos-pandemia-escancarouas-1956877>

Stanton, T.; Crosby, T. (2015). *A Video Conference Call in Real Life* [Video]. Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=JMOOG7rWTPg>

Studio Livit (2020). *Studypod* [Produto]. Retrieved from <https://www.designboom.com/architecture/livit-studypod-cabin-home-office-07-15-2020/>

A DOMUS EM TEMPOS DE PANDEMIA

A necessidade de assumir o passado como um guia que coopera no desenho do futuro da humanidade (Gadamer, 1976) parece algo absolutamente natural no ser humano virtuoso que se regenera à luz dos novos desenvolvimentos. Nesta perspetiva, a análise do impacto da pandemia na vida dos seres vivos e do ambiente tem salientado conceitos antigos à procura da ação humana, para serem revividos e reinscritos em novos contextos (Ricoeur, 1989).

Um dos conceitos mais antigos, particularmente acarinhado pelos projetistas e que apela a uma averiguação constante, é a noção de domesticidade. Etimologicamente, o termo ‘doméstico’ refere-se à Domus, que conota o espaço como qualquer coisa de singular e de íntimo, que pertence à esfera familiar e que é protegido pelos ‘lares’. A etimologia do termo atesta à máxima difusão da Domus especialmente, nos territórios pertencentes ao ‘koiné romano’. A casa era uma parte importante da dinâmica da vida quotidiana e dos comportamentos socioeconómicos do mundo romano. Acerca desta verdade, Vitruvius deixou um legado importante sobre a noção de ordem arquitetónica - oposta do caos - e sobre as configurações potenciais da

arquitetura da Domus (Vignola, 1862). Em particular, salienta-se a sala principal da Domus que era conhecida como átrio e que era o centro da vida social e política da casa, uma espécie de sala de espera para tratar de negócios e estratégias, para comunicar e socializar.

Até à atualidade a noção de casa como a conhecemos da análise às referências históricas, tem oferecido uma visão sempre diferente acerca do assunto, em função do impacto dos fatores externos - guerras, crises económicas e sociais, catástrofes naturais, pandemias, explosões demográficas, conflitos étnicos e/ou religiosos - que interagem com a realidade e instigam a novas interpretações, alterando a imagem da Domus. Como alude Christian Norberg-Schulz (1975) acerca da problemática da habitação "(...) o espaço existencial não pode ser compreendido somente por causa das necessidades do Homem, mas antes unicamente como resultado da sua interação e influência recíproca com um ambiente que o rodeia, que tem de compreender e aceitar."

No momento presente a evolução do conceito é tão profunda que parece que nos libertámos das imagens históricas do desígnio de doméstico. Como se a crise pandémica transfigurasse a domesticidade em algo permanente na vida humana e não, meramente, transitório. No limite, trata-se da conjectura

de uma realidade mais continuada daquela a que estávamos habituados a experimentar e que apela a uma interpretação repetida. Como resposta, o ser humano apropria-se das novas capacidades tecnológicas e, aparentemente, subjuga tudo para uma dimensão digital. Com esta nova domesticação virtual a ideia de trabalho, as atividades física e intelectual, as diversões e o lazer passam pelo universo das redes sociais e da internet e a casa converte-se num palco efêmero e num teatro performativo e funcional.

No âmbito da cultura do projeto, este momento histórico tem desvendado diferentes interpretações e parece que as tendências na Arquitetura e no Design têm procurado referências nas antigas formas de ‘domesticidade’ como a própria Domus Romana, que se torna exemplo para arquitetos internacionais como Fran Silvestre em Madrid, Alex Romano em Marrakesh, Position Collective em Budapest, ou ainda o Linee Minime Studio. O programa projetual da contemporaneidade acompanha os acontecimentos pandémicos, introduzindo bolhas de fotossíntese que favorecem a inserção de átrios, pátios, jardins ou, simplesmente, um pedaço de Natureza entre as quatro paredes do universo privado da habitação. Um lugar enquanto qualidade de espaço e que está assente no conceito romano de ‘Genius Loci’, ou seja, o espírito do lugar

que na posição de Norbert-Schulz (1984) oferece vida aos seres humanos e os ajuda a determinar a sua personalidade e a sua força.

Ao nível do equipamento, a forma de estar na casa tem determinado a reutilização de antigos arquétipos. O conceito de assento emerge associado à tipologia de espreguiçadeira, mais precisamente ao 'Kline' romano, libertando o sofá da sua utilização clássica. Por outro lado, a sala enquanto organismo vivo apresenta-se como sistema aberto que desvenda sucessões de imagens de um referente à procura de ser interpretado. A sala, que já se direccionou para a lareira, passou a focar-se na televisão e que agora serve de arena a quem olha o ecrã de um telemóvel, revela uma relação importante com a noção de limiar. Neste cenário, talvez a domesticidade passe pelo limiar entre o exterior e o interior, manifesto da contemporaneidade. O limiar entre a dimensão semântica do espaço-parede e as experiências que o indivíduo poderá ter no seu envolvimento com o que está do outro lado, produzindo sentido para as pessoas em vez de só criar sinais, no sentido que a qualidade de uma parede está no relacionamento que o ser humano estabelece com ela. Então, o limiar pode ser um momento de participação ativa entre sistemas abertos. Esta experiência ambígua não deve ser um ato isolado, mas um entendimento que une espaço, tempo e circunstâncias.

É neste contexto que se alude ao fenómeno emergente das varandas, dos terraços e dos átrios durante a atual crise pandémica como oportunidades para o indivíduo ser e estar num certo lugar. Acerca da relevância das varandas, Carlotta e Matteo Origoni constroem um artigo para a revista italiana *Domus*, enaltecendo o seu papel enquanto limiar entre o interior e o exterior na vida de quem as possui e como um bem desejado por quem não as tem e por esta razão, um produto de luxo. Estas próteses arquitetónicas suspensas nas fachadas de alguns edifícios revelam-se, assim, momentos para comunicar com os outros, sem recorrer às imagens das redes sociais. A varanda, espaço privilegiado, singular e magnífico, protegido de ruídos e olhares curiosos, apresenta-se também como uma plataforma social alternativa, regeneradora e portadora de atributos sensoriais. Uma opção para quem está em casa e escolhe abraçar o mundo quando quer através dos sentidos humanos, comunicando a sua personalidade e a sua essência. Mas, este processo só subsistirá se for determinado pela relação que existe entre a cultura e o contexto de referência (Boas, 1939). No âmbito do design, trata-se de uma escolha fulcral para a valorização de produtos que continuam a preencher uma função vital na vida das pessoas e que definem a sua identidade.

Referências bibliográficas

Boas, F. (1939). *The mind of primitive man*. Macmillan company, New York

Gadamer, H. G. (1976). *Philosophical Hermeneutics*. University of California Press, Berkeley.

Norberg-Schulz, C. (1984). *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*. Rizzoli, New York.

Norberg-Schulz, C. (1975). *Existencia, Espacio y Arquitectura*. Blume, Barcelona.

Ricoeur, P. (1989). *Do Texto à Acção*. RÉS, Porto.

Vignola, G. (1862). *Li cinque ordini di architettura*. Pier Francesco Sanvito, Milano.

Webgrafia

<https://www.domusweb.it/it/architettura/2020/04/03/breve-storia-del-balcone-dallantica-persia-alla-pandemia-di-covid-19.html> (acesso 09-04-2021).

CASA: ESPAÇO E APROPRIAÇÃO

Desde sempre que o ser humano, para fazer face aos seus limites físicos, se socorre de artefactos para satisfazer as suas necessidades primárias. Tanto na transformação do que a Natureza dava para a produção de utensílios que funcionavam para cumprir determinadas tarefas, como pela apropriação de espaços como cavernas para utilizar como abrigo, o Homem sempre interveio sobre o meio que o rodeia para assegurar melhores condições de vida, melhor conforto, transformando o seu habitat.

O campo de ação e o vínculo que o homem sedentário tem para com o espaço que o envolve no seu quotidiano, determina a sua noção de conforto, de bem-estar e de identidade, na medida em que este imprime no local características que procuram torná-lo mais adequado a si, mais habitável, mais a sua “casa”.

A casa afigura-se desde então como um conceito de grande importância para o ser humano, pois implica não só resolução do funcionamento e do seu comportamento, mas também porque aporta consigo outras dimensões de teor psicológico e de significação que traduzem a essência e identidade dos seus habitantes.

Confesso que pensar sobre a casa, enquanto

foco de intervenção de projeto em design, sempre se configurou como exercício de projeto de extrema responsabilidade. Esta perspectiva deriva, não pela sua complexidade, mas sim por todas as dimensões que o “objeto” casa aporta na sua definição, sobretudo, pela perspectiva em que a casa se assume como uma extensão dos seus utilizadores. Poucos exercícios de projeto revelarão de forma tão evidente a consequência entre o desenho e os comportamentos humanos no espaço, afetando de forma direta, a componente física e psicológica dos seus habitantes, em que a casa se perspectiva como um “molde do comportamento humano” (Hall, 1986).

Sendo este um espaço de cariz marcadamente familiar, pessoal e intimista, o confronto da atividade de projeto em design com a casa implica o “peso” de definir através de formas, dimensões, proporções, texturas, materiais e modos de operacionalidade dos objetos e demais produtos, as características dos espaços e o seu modo de funcionamento, a sua habitabilidade.

Espaço de carácter fixo, a habitação tem na própria configuração e organização do seu espaço a correspondência a uma hierarquia de funcionamento e de proximidade entre as pessoas que o frequentam e que espelha o grau de cumplicidade e de proximidade entre si.

Observa-se que desde a área da casa de carácter público, a entrada, até à área mais intimista da casa, o quarto, são estabelecidas diferentes formas de apropriação do espaço, espelhando também as diferentes formas de relacionamento humano que aí ocorrem.

Como analogia à definição de Hall sobre a proximidade (Hall, 1986), o espaço de entrada, a que todas as pessoas têm acesso (mesmo as pessoas que não são conhecidas pelas pessoas da casa), as relações que aí se estabelecem podem ser caracterizadas por algum distanciamento pessoal, físico e até relacional, na medida em que estas podem não se conhecer e o seu contacto pode ser apenas episódico. Nesse sentido, observa-se que a definição do espaço entende este contexto e configura-se de forma a proteger a privacidade do interior. Na medida em que se vai entrando nas diferentes áreas da casa também se verifica diferentes relações interpessoais e distâncias físicas entre as pessoas. Às áreas sociais como sala de estar / jantar e cozinha, correspondem relações interpessoais de alguma proximidade e confiança como amizades e outras relações de confiança. Às áreas de maior intimidade, como quartos/suites, correspondem relações de maior proximidade e intimidade e, por fim, o espaço de maior intimidade assume-se na cama e inclusivamente o espaço de mesa de cabeceira,

em que este acaba por ser a área da casa a que só o próprio deverá ter acesso.

Compreendemos o conceito de habitação segundo estas premissas em que, a cada local, corresponde uma determinada função/comportamento/interação social. O desenho do espaço habitacional consegue espelhar estas formas do uso e funcionamento humano enquadrado segundo constrangimentos de ordem cultural e de tempo (cronológico) que acompanham e definem a evolução do próprio conceito de habitação ao longo dos tempos.

O conceito de casa, tal como outros fenómenos que se verificam nas sociedades contemporâneas, tem sofrido alterações mais ou menos profundas durante as últimas décadas. Observa-se no fenómeno imobiliário atual que as habitações, por razões de diversa ordem, principalmente pela financeira, têm vindo a sofrer alterações profundas na sua composição e organização, com repercussões no seu desenho. À casa cujas funções estavam bem definidas e delimitadas no espaço pelas diversas divisões específicas que a compõem, temos vindo a verificar a diluição destas integrando-as em espaços mais amplos e partilhados.

O conceito de “*Open Space*”, emergente numa primeira fase nos espaços de trabalho em escritório, estende-se hoje em dia também aos espaços

habitacionais, resultando na mescla de divisões que, até então, se assumiam perfeitamente definidos. Esta combinação de espaços e conseqüentemente de funções, tem conduzido a uma maior “*dificuldade na gestão e organização dos espaços em resolver os problemas que até aqui tinham o seu contexto específico e condições específicas*” (Távora, 2004), em que o desempenho e as expectativas sobre cada uma das funções desenroladas em cada espaço se articulam e se conjugam de modo partilhado, perdendo-se a especificidade e particularidade que caracterizava cada divisão.

Enquanto espaço privilegiado de humanidade, de refúgio pessoal, de abrigo, de extensão da personalidade, de intimidade, de expressão do funcionamento e comportamento humano, a casa contemporânea assume-se numa perspetiva agregadora de funções e simbolismos em que, face aos novos contextos e às exigências da contemporaneidade, em que o ritmo de vida das populações é cada vez mais intenso e exigente, procura corresponder às necessidades, expectativas e desejos dos seus habitantes, através de soluções multifuncionais, flexíveis e com possibilidade de serem adaptadas às mais diversas solicitações por parte dos seus utilizadores.

Assim sendo, o desafio do conceito de casa na contemporaneidade traduz uma perspetiva mais

humanizadora, em que a abordagem na resolução, estruturação e organização do espaço, implica pensar de modo a conseguir ir ao encontro das particularidades individuais de cada um dos seus habitantes, e corresponder à heterogeneidade de uso dos seus utilizadores e dos espaços partilhados.

A casa e as áreas que a constituem, outrora perfeitamente segmentada e imbuída no seu propósito, com características particulares e bem definidas, é agora uma forma ampla e flexível de usufruto do espaço que permite uma multiplicidade de apropriações, formas de uso e, conseqüentemente, comportamentos dos seus habitantes.

Estaremos de volta ao mesmo modelo das cavernas?

Referências Bibliográficas

Hall, Edward T. (1986). *A dimensão oculta*. Lisboa: Relógio D'Água, d.l. 230 p. ISBN 972-708-123-1

Távora, F. (2004). *Da organização do espaço*. 5^a ed. Porto: FEUP. XXIV, 75 p. ISBN 972-9483-22-1

CASA - SUJEITO

Esta é a primeira casa. Na verdade, e contrariamente ao que normalmente associamos a uma casa, não tem uma existência real e contínua. Trata-se de uma casa virtual, alicerçada nesse trajeto entre a potência e a atualização. Esta *casa-sujeito*, ao invés das outras casas que existem em contínuo, instancia-se quando afirmo a plenos pulmões: “Eu”. De acordo com alguns pensadores, esta casa está sempre lá. Uma espécie de pré-existência, uma *tabula rasa*. Pessoalmente, prefiro pensar que se trata de uma casa quântica que se apresenta apenas nesse ato enunciativo e performativo através do qual me apresento como sujeito.

Como todas as casas, esta *casa-sujeito*, apesar da sua intermitência, tem uma materialidade específica. De que é feita esta casa? Do *Mundo*, do *Outro*, da linguagem, das imagens, dos medos, das narrativas, da consciência (ela própria uma narrativa), da ficção. Mas estes materiais de construção não podem ser aferidos pela física Newtoniana. Tal como referi, é a física quântica que os anima, a potência e a atualidade são o motor desta casa. Sim, é uma *casa-motor* e não um *casa-arquitetura*. É no contacto com estes materiais de construção que o motor ganha alento e faz desta casa-sujeito

uma possibilidade de enunciação. Este processo de motorização também é conhecida como a construção da subjetividade. Lá está, a construção e os matérias de construção.

De toda esta mecânica atrás descrita, podemos concluir que a *casa-sujeito* não aparece sem esta motorização que se alimenta de exterioridade. Sem esse espaço *Outro* onde ir buscar os materiais, não existe nenhuma força que a arranque do seu estado de potência e de indefinição.

Casa-arquitetura

A *casa-arquitetura* é diferente da *casa sujeito* em termos da sua estrutura, embora as duas tenham uma ligação sobre a qual falaremos a seguir. A *casa-arquitetura* não é puramente quântica. Pode ser mais luxuosa ou mais modesta mas tem sempre uma fronteira que a separa das outras casas (existem alguns locais no Mundo onde se fala de casas comuns e intermutáveis mas a norma não é essa).

Para compreendermos melhor a relação entre a *casa-sujeito* e a *casa-arquitetura* podemos pensar na pintura cubista. Uma *casa-arquitetura* é sempre um arquivo, uma amálgama de diferentes momentos que a *casa-sujeito* projetou no espaço. É essa a sua dimensão cubista, a forma como abriga, sedimenta e fixa, esses estados pontuais, essas atualizações

fugidias pelas quais a(s) *casa(s)-sujeito* que a habitam passaram.

Esta relação funciona como projeção e como memória. Ou seja, para além dos materiais da construção arquitetónica, todas as *casas-arquitetura* habitadas estão assentes nestes traços deixados pela(s) *casa(s)-sujeito* que nela vivem. Mas esta justaposição está longe de ser neutra. Existe sempre um mundo Freudiano que se interpõe quando falamos de projeções. Raramente podemos falar de uma projeção fidedigna porque da mesma forma que a ficção embala a construção da subjetividade, ela também é marcante nestas suas projeções arquitetónicas.

Se na *casa-sujeito* falávamos de mecânica, ao colocar as duas em diálogo, temos de falar de economia e de história. A tradução do sujeito na arquitetura corresponde a uma modalidade económica de inscrição do *eu* no espaço, contagiada pela história em tudo aquilo que esta também tem de construção.

O paradoxo e a beleza da arquitetura modernista é apresentar-nos, ainda que de forma enganadora, uma saída divina para esta economia omnipresente. A arquitetura modernista deixa a promessa de que é possível habitar o espaço a partir de construções assentes numa espiritualidade matemática e não num sistema de projeções Freudianas que têm

por base a *casa-sujeito*. Na arquitetura modernista a *casa-sujeito* dá lugar à casa primordial, mãe de todas as casas.

Bricolagem

Durante o período de confinamento que vivemos, aprofundi o meu fascínio pela bricolagem. O que é que motivava tantas pessoas a fazerem filas nas casas da especialidade para adquirirem materiais e ferramentas? A resposta pronta era algo como: “Uma vez que têm mais tempo e que passam mais tempo em casa, estão a embelezá-la e a recuperar funcionalidades perdidas.”

Eu acho que se trata de uma explicação parcial e que existe algo que pode ser pensado, quando equacionamos este súbito interesse ao abrigo da ideia de *casa-sujeito* e de *casa-arquitetura*.

Enquanto estamos confinados em casa, existe uma dimensão da formação da *casa-sujeito* que está cancelada, nem que seja parcialmente. O *Outro*, o *Mundo*, a alteridade, estão temporariamente mais distantes. Ou seja, todo o processo de *motorização* sobre o qual falava no início, tem de ser redirecionado para outras formas de continuar a alimentar a enunciação performativa do “Eu”.

Fechada na *casa-arquitetura*, a *casa-sujeito* vive entre a impossibilidade de se alimentar e as me-

mórias cubistas assíncronas de estados passados (misturadas com alguma ficção). Este é o confinamento mais austero porque afeta a mecânica da subjetividade e a economia da sua transposição espacial. O nexos de causalidade existente entre ambos é cortado com toda a violência.

Na minha opinião, é aqui que emerge a bricolagem enquanto uma proposta estratégica de resistência. A sua prática exerce-se sobre anteriores projeções da *casa-sujeito* na *casa-arquitetura*. A bricolagem é, num sentido mais lato e metafórico, uma dupla resistência:

- Mudando, corrigindo, consertando a *casa-arquitetura*, estamos num processo de engenharia invertida a mobilizar a *casa-sujeito*, por via da forma como esta se havia previamente projetado no espaço. Um filme projetado para dentro do projetor. Esta estratégia de resistência que permite agir sobre a *casa-arquitetura* e sobre o seu desdobramento cubista, alterando-a, e com isso, não perdendo a prática no que diz respeito à enunciação do sujeito. Trata-se de um remendo mas, ainda assim, funciona. Permite ao motor trabalhar, nem que seja ao *ralenti*.

- A segunda dinâmica é económica. Já antes chamámos a atenção para o arquivo ficcional, fragmentário e assíncrono, que sustenta o surgimento económico das *casas-arquitetura*. Esta economia

também é mantida pela bricolagem. De uma forma mais desapegada do *Mundo* e do *Outro*, e mais ligada às ficções pessoais. A reorganização da *casa-arquitetura* continua a responder ao ímpeto económico do sujeito que o obriga a habitar o espaço, tornando-o seu. No entanto, parece que esta inscrição não está sediada numa vivência crua do *Mundo* mas sim numa capacidade confinada para contar histórias. Ou seja, o confinamento altera o equilíbrio tradicional entre a *casa-sujeito* e a *casa-arquitetura*. Atrevo-me a dizer que do ponto de vista económico, a *casa-sujeito* não consegue parar de inscrever-se na *casa-arquitetura*. Contudo, a força dessa inscrição torna-se explicitamente dependente dos textos, das imagens e das representações.

Este olhar sobre a bricolagem, não a encara como um passatempo mais ou menos inócuo. É uma estratégia de sobrevivência e creio que nos ajuda a compreender o potencial de violência que se acumula num confinamento. Esta bricolagem é bastante séria porque nela se jogam mecanismos essenciais para a formação do *eu* enquanto plataforma de relação com o *Outro* e com o *Mundo*.

Em *O Pensamento Selvagem*, Levy-Strauss já havia falado sobre o tema ao desenhar o *bricoleur*, diferenciando-o do *engenheiro*, como aquele que avança sem um plano pré-determinado recorrendo a fragmentos díspares. O confinamento deveria

estar mais próximo da planificação técnica da engenharia mas, na verdade, devolve-nos a um sistema mitológico, contingente e fragmentado. Concluindo, a bricolagem é uma exteriorização e uma espacialização dos processos internos que me permitem dizer que, eu sou “Eu”.

A CASA COMO ESTADO DE SER

Uma casa não é apenas um espaço entre elementos em betão. Simultaneamente objetivo e subjetivo, um lar combina estrutura física e significado emocional. Mesmo diferente na aparência conforme a cultura, a casa abriga sentimentos idênticos de segurança, refúgio, conforto e aconchego; de lugar para onde apetece regressar no fim do dia ou no final das férias. Simultaneamente, é o lugar onde o espaço privado é partilhado com outros: família, amigos, convidados, animais, memórias - tornando-se assim um estado de ser.

Desde 2020, além de lugar de regresso, tornou-se lugar de permanência, o que tornou a nossa casa mais pequena para cada um dos membros do agregado familiar. As lides domésticas passaram a tomar mais tempo, a ser alvo de maior exigência, porque a todas as atividades de cozinhar, limpar, arrumar, somou-se o que antes se praticava fora de casa. Para muitos, ir para o emprego teve a distância reduzida a alguns passos, até ao escritório improvisado, transformando salas, quartos e cozinhas. As actividades e espaços ganharam novos significados sob o denominador comum do isolamento.

A vida em isolamento apresentou novos desafios relacionais e exacerbou os já existentes, porque

catástrofes são aceleradores de relações. O luto coletivo, as perdas e a incerteza prolongada geraram um estado de desconforto que o conforto do lar não conseguiu apaziguar. Não sendo uma experiência a solo, um acontecimento individual, o evento global traduziu a perda de segurança, de emprego, de ligações sociais, de pessoas, e de espaço vital, limitando o lugar de ser aos limites da casa.

O contato com o mundo exterior passou a ser mediado por écrans no interior das quatro paredes da nossa casa. Espaço vital total, a casa regressou a uma era pré-histórica em que o habitat era um espaço comum e exíguo onde os humanos acordavam, executavam tarefas, comiam e dormiam. Durante a pandemia, todos os destinos convergiram para um só lugar: a casa. As divisões passaram a acumular funções: escola, escritório, ginásio, restaurante, cinema - numa fusão da vida profissional e pessoal.

Contudo, há uma década que se desenvolve o conceito da Casa do Futuro/Smart House. Idealizada como uma casa inteligente para usufruir de soluções tecnológicas inovadoras orientadas para o bem-estar. Paradoxalmente, durante o isolamento a temática das casas inteligentes perdeu ímpeto. O espaço ganhou preponderância. De facto, usufruímos da comunicação através da

tecnologia, mas entendemos que o virtual não substitui o presencial. O catalisador de bem-estar é a ligação humana pessoal. A presença e a vivência no mesmo espaço vital.

Experimentaram-se as *Alexa ou Echo Dot*, colunas inteligentes que servem como assistentes pessoais controladas por voz que executam várias tarefas. Porém, provaram ser paliativos ineficazes como substitutos da voz humana. Os dispositivos controlados por voz criam uma quebra da comunicação humana, pois interferem com o fluxo natural das conversações. Operações básicas como abrir as cortinas pela manhã são ações físicas. Atribuir esse papel a um iPhone é uma experiência que altera a relação entre o ser humano e a casa, afastando-se das experiências sensoriais.

A Pandemia ensinou-nos que nas nossas casas precisamos mais de vida sensorial do que de um ambiente digitalizado. Na verdade, ninguém deseja ser o *concierge* eletrônico da sua própria casa. De resto, verificámos a importância das relações com outras pessoas, e também dos espaços individuais do interior privado, como a cozinha ou a casa de banho.

Refletindo sobre as divisões da nossa casa, a cozinha é um lugar especial, porque sempre foi uma espécie de centro social. Durante a pandemia, muitas pessoas tornaram a sala de estar ou

o próprio quarto num escritório. Contudo, o que se passou nas cozinhas respeitou outro itinerário. O tempo poupado nas deslocações diárias pôde ser desfrutado na cozinha. De lugar de trabalho e exibição de aptidões culinárias a convidados, tornou-se o motor da casa, o epicentro que mantém todos em movimento, nutridos, mentalmente e fisicamente, regressando ao seu estatuto secular de lugar de comunicação e convívio.

Na sua origem organizada como um espaço estéril, a casa de banho do século XX passou a exhibir cores. Com paredes, pisos, ou marcenarias coloridas, além de espaços de higiene, a casa de banho progrediu durante o confinamento para um espaço de “egoísmo”. Mais do que uma experiência consciente ou espiritual, trata-se antes de transcender o real, de abandonar pensamentos, de relaxar, e apenas ser. O espaço ganhou um pouco do estatuto das antigas antecâmaras de quartos, na noção francesa de *boudoir*; um espaço de sensações privadas.

A história permite-nos perceber que à medida que avançamos no tempo as nossas casas se tornaram mais flexíveis, em vez de espaços exclusivamente estáticos. A casa precisa ser adaptável e permitir lugares de descanso e privacidade, bem como de trabalho e partilha. Atualmente, o teletrabalho tornou-se uma norma para muitos, pelo

menos durante parte da semana. Este novo paradigma promoveu uma nova categoria de produtos para o espaço doméstico, como peças modulares e ágeis para auxiliar na organização e compartimentação. É importante que o espaço e o mobiliário se possam ajustar às diferentes necessidades dos utilizadores, para que nos possamos adaptar às novas dinâmicas em casa.

Escolhas sensíveis em torno da iluminação e de assentos confortáveis podem proporcionar sensações positivas de relaxamento e segurança. Estando mais tempo em casa, as escolhas que fazemos para a casa tornam-se mais importantes. Podemos optar por acabamentos que resistem ao teste do tempo, ou por produtos produzidos com materiais sustentáveis para garantir a pegada mais leve possível, mas o essencial é que cada casa tenha espaços que os seus habitantes possam apetrechar de acordo com o seu estado de espírito e as suas singularidades, sendo necessário espaços e peças de mobiliário que proporcionem uma vivência positiva, uma nova experiência, um sentido de esperança perante a crise.

Eventualmente a pandemia irá terminar e o investimento nas mudanças em casa poderá ou não ser redireccionado para outras esferas do estar e ser. Todavia, devemos desenhar casas e peças para a resiliência, pois sabemos que o futuro é incerto,

e independentemente do que venha a seguir, necessitamos de casas flexíveis que proporcionem uma sensação reconfortante de permanência. Recorrendo à nossa capacidade de transformação, devemos investir na criatividade, porque foi a imaginação que alimentou a liberdade no confinamento, transformando a nossa cozinha no nosso *bistrô* preferido, e a nossa casa de banho no nosso *spa* privativo, permitindo diversidade dos nossos estados de ser.

NOTAS CURRICULARES

José Carlos Loureiro é historiador. É licenciado em História e mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Completou uma pós-graduação em Sociologia da Cultura e Estilo de Vida, na Universidade do Minho, e é doutorado em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. É (co)autor de livros, tem artigos publicados em revistas locais e nacionais e é autor de textos em obras coletivas sobre a história local, sociabilidade religiosa e educação. Sobre as mesmas temáticas, apresentou comunicações em diversos encontros científicos nacionais e internacionais. É docente no 3º ciclo de Ensino Básico e no Ensino Secundário e lecionou unidades curriculares, na área da História e do Património, no Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

João Pina-Cabral é Investigador Coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Professor Emérito de Antropologia Social na Universidade de Kent (RU). Foi co-fundador e Presidente da Associação Portuguesa de Antropologia e da Associação Europeia de Antropólogos Sociais. Realizou trabalho de campo prolongado no Alto Minho, em Macau e na Bahia (Brasil). Os seus temas principais são família e parentesco; religião e poder; etnicidade e condição

pós-colonial; e teoria etnográfica. Em português publicou *Filhos de Adão, Filhas de Eva* (D. Quixote 1989); *Os contextos da antropologia* (Difel 1991); *O homem na família* (ICS 2002); *Aromas de Urze e de Lama* (ICS, 2008) e, em co-autoria com Vanda Aparecida da Silva, *Gente Livre* (Terceiro Nome, São Paulo, 2013). O seu livro mais recente em inglês é *World: An anthropological examination* (HAU Books, 2017 disponível online).

Ramon Sarró é antropólogo. Catalão de origem, vive na atualidade entre Lisboa e Oxford, onde é professor e diretor de estudos pós-graduados no Departamento de Antropologia da Universidade. Tem-se debruçado pela antropologia da religião e da cultura material, sobre tudo em África ocidental e central, assim como em Portugal. É autor de varias obras entre as quais destacam os livros *O Museu Etnográfico Nacional de Guiné-Bissau: Imagens para uma História*, em coautoria com Albano Mendes e Ana Temudo (Porto 2018), *The Politics of Religious Change on the Upper Guinea Coast: Iconoclasm Done and Undone* (Edinburgo 2009) e *Inventing an African Alphabet: Writing, Art and Kongo Culture in the Democratic Republic of Congo* (Cambridge, no prelo).

Marina Pignatelli é antropóloga. É professora associada no ISCSP, Universidade de Lisboa, onde fez o doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Antropologia e o mestrado em Ciências Antropológicas. Completou pós-graduações em Etnologia das Religiões (UNL-FCSH), Estudos Sefarditas (Cátedra Estudos Sefarditas – FLUL/UL), Gestão Civil de Crises (IDN) e Património Cultural Imaterial (DGPC/UAb), bem como diversos cursos livres na área da religião. Tem-se dedicado ao estudo da realidade judaica em Portugal desde 1991 e terminou um pós-doutoramento sobre os Judeus de Moçambique. É investigadora integrada do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia, coordenadora executiva do LEJ-Laboratório de Estudos Judaicos e membro da direção da P&DFactor e da Associação Portuguesa de Antropologia.

Paulo Castro Seixas é Professor Associado da Universidade de Lisboa e especialista em Estudos e Políticas Territoriais e Ambientais. **Isabel Seixas** concluiu o Curso Artístico Especializado em Design de Produto na Escola Artística de Soares dos Reis e é estudante de Licenciatura em Design na Universidade de Aveiro.

Lorenzo Bordonaro é antropólogo e artista visual. Tem realizado pesquisas etnográficas na Guiné Bissau, Cabo Verde, Portugal e Brasil focando principalmente a marginalidade urbana e questão da habitação. Desenvolveu projetos de arte pública em vários contextos sociais e geográficos: desde as favelas brasileiras aos bairros espontâneos na periferia de Lisboa; desde os guetos da capital cabo-verdiana aos bairros históricos da Graça e da Mouraria em Lisboa. Participou em numerosos eventos, festivais e exposições coletivas, entre as quais a Bienal de Arquitetura de Veneza e Manifesta 12 em Palermo. Ganhou recentemente o prêmio Arte Pública e Sustentabilidade (ZET Gallery e DST Group, 2020), com a sua obra ‘Refúgio’. Atualmente está a desenvolver um projeto de pesquisa artística e antropológica que explora a prática humana do habitar, as noções de casa e refúgio, e modalidades não-estáticas e fluidas do habitar, que evoquem uma relação alternativa entre os seres humanos e ambiente. Mais informações em www.bordonaro.eu

Marta Lemos é antropóloga. Licenciou-se em Antropologia na Universidade Nova de Lisboa e é mestre em Applied Cultural Analysis pela Universidade de Copenhaga. Desde 2015 tem vindo a fazer investigação com refugiados, primeiro na

Dinamarca e atualmente em Portugal. Os seus atuais interesses recaem no estudo das políticas de acolhimento e integração de refugiados em Portugal, em particular, nas dimensões identitárias, emocionais e do bem-estar. É doutoranda integrada no CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia, polo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e colabora no projeto “A integração de refugiados em Portugal: uma avaliação dos deveres morais de assistência e das políticas de integração no contexto das políticas e dos valores europeus” (PTDC/FER -ETC/30378/2017).

Diego Amoedo Martínez é galego e antropólogo. Formado em Engenharia Florestal pela Universidade de Vigo (2007), fez mestrado (2014) e doutorado (2019) em Antropologia Social (PPGAS) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Brasil. Sua pesquisa está concentrada na área do Barroso, Norte de Portugal tendo trabalhado principalmente as aldeias de Tourém e Pitões das Júnias, em temas relacionados com as transformações sociais e territoriais das aldeias, assim como o conhecimento dos agricultores mobilizado no sistema agrícola. Esses temas de investigação estão sendo desenvolvidos também na região do Baixo Amazonas e na Terra do Meio na amazônia brasileira. Vencedor do XXII Prêmio

Vicente Risco das Ciências Sociais, obteve a publicação da tese de mestrado intitulada: Usos e desusos das terras de Tourém: transformações sócio-territoriais numa aldeia rural fronteiriça entre Portugal e a Galiza (Dr. Alveiros, 2018). Desde 2017 é professor do curso de Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Fez estâncias no CETRAD (UTAD), Histagra (USC) e atualmente é pesquisador visitante do CRIA.

David de Ángel García es Doctor en Antropología de América por la Universidad Complutense de Madrid. Desde el 2010 Investigador del Centro Peninsular en Humanidades y Ciencias Sociales (CEPHCIS) de la UNAM. Ha participado en varios proyectos de investigación, tanto individuales como colectivos, relacionados con diversos aspectos antropológicos de las poblaciones de etnia maya asentados en los estados de Yucatán, Campeche, Quintana Roo, Chiapas y Tabasco. Actualmente sus líneas de investigación se vinculan con la etnografía de los mayas peninsulares del estado de Campeche, y, concretamente, con sus cosmologías y los sistemas religiosos comunitarios, los complejos rituales y la tradición oral. Fruto de sus investigaciones ha publicado una docena de artículos en revistas académicas arbitradas así como varios capítulos en libros.

Es profesor de la Licenciatura en Desarrollo y Gestión Interculturales y forma parte del padrón de tutores del Posgrado en Estudios Mesoamericanos de la UNAM, donde ha dirigido varias tesis. Además, ha impartido cursos de licenciatura y maestría en varias universidades españolas. Entre febrero de 2016 y mayo de 2018 fue editor de la revista *Península*, publicación académica semestral del Centro Peninsular en Humanidades y Ciencias Sociales de la UNAM.

Celeide Valadares é filósofa. Mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião PPCIR/UFJF. Pesquisadora na área da Ciência da Religião sobre catolicismo, ritos, mitos, símbolos e suas interfaces com as mídias e novas tecnologias. Participou de vários cursos livres na Universidade Federal de Juiz de Fora, onde se graduou e completou sua Pós-Graduação no Doutorado, Especialização e Mestrado em Ciência da Religião e Especialização em Filosofia Moderna e contemporânea. Na área da Filosofia atua com ênfase em Antropologia Filosófica e Filosofia Existencialista. Membro do Grupo de Pesquisa NEC – Grupo de Estudos do Catolicismo.

Emerson Silveira é antropólogo, doutor em Ciência da Religião. É professor associado

do Departamento de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), MG - Brasil. Realizou dois estágios pós-doutorais em antropologia (2008) e ciências da religião (2016). Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF. Prestou assessoria na Câmara de Pós-Graduação (área de Ciências Humanas) e no Comitê Assessor ao Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa. Atuou como pesquisador visitante pelo CNPQ junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil (2018). Publicou e organizou livros, capítulos de livros e artigos na área de Religião, Cultura e Sociedade. Foi membro do Conselho Editorial da Universidade Federal de Juiz de Fora. Desenvolve pesquisas nas áreas 1) Religião e espaço público (laicidade, política, estilos de vida, terapêuticas, redes sociais e mídias) e 2) teorias e métodos do estudo da religião.

Pedro Pereira é antropólogo. Nasceu no Porto, é doutorado em Antropologia e Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, lecionando diversas unidades de curriculares de âmbito antropológico em cursos de diferentes níveis e áreas. É Investigador Integrado do Centro em Rede de Investigação em Antropologia e os

seus interesses de investigação têm-se situado nos campos da saúde e da religião. Entre as diversas publicações de artigos e livros, destacam-se as obras: *Peregrinos – Um estudo antropológico das peregrinações a pé a Fátima* (2003) e *Em busca da saúde – O culto da Senhora da Saúde numa perspetiva antropológica* (2021). No campo literário, salientam-se as publicações do livro de poesia, *Escrita de lume* (2019), e do livro de contos, *O outro lado da rua* (2021).

Jorge Manuel Gomes Teixeira, 56 anos, natural de Vila Nova de Gaia, residente em Viana do Castelo há cerca de 30 anos. Licenciado em Arquitectura e Mestre em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, exerceu funções como Técnico Superior na Câmara Municipal de Viana do Castelo, foi profissional liberal e, desde há pouco mais de 20 anos, é docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo onde leciona, sobretudo nos cursos de Design do Produto e Design de Ambientes. Tem estado ligado à vida associativa local participando nos órgãos sociais de Associações locais nas áreas da cultura e desporto, pertenceu também aos órgãos sociais do sindicato dos professores do Norte e aos órgãos nacionais da Ordem dos Arquitectos. Pertence ainda aos órgãos sociais de uma Cooperativa de habitação. Tem ainda, de forma complementar, ocupado os

seus dias com a actividade política sendo dirigente, candidato e autarca.

Manuel Rivas é arquiteto, ibérico, que cumpre o célebre slogan da cidade de Viana: quem gosta bem, quem ama fica. Eu amei e fiquei. Licenciado pela FAUP, mestre também pela FAUP e doutorado na: Escuela Técnica Superior de Arquitectura de A Coruña, Espanha. Coordenador da licenciatura em Design de Ambientes e responsável do projeto Viana 3D na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPVC.

Rui Jorge Branco Cavaleiro é arquiteto. Nascido em Viana do Castelo (Portugal), em 1973. Licenciado em Arquitectura pela FAUP. Pós-graduado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano na FAUP/FEUP. Especialista na área de Arquitectura e Urbanismo, título atribuído pelo IPVC, através da realização de provas públicas. É docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), desde 1998, na licenciatura de Design de Ambientes e mais recentemente na licenciatura de Design do Produto e Mestrado Integrado em Design. Arquitecto, com sede do seu atelier de arquitectura, branco cavaleiro & associados em Viana do Castelo - Portugal, desenvolve estudos e projetos na área da sua especialida-

mrvivas@estg.ipvc.pt

rcavaleiro@estg.ipvc.pt

de – arquitectura, urbanismo e design de interiores a nível nacional e internacional. Participação em colóquios/seminários e autor de obras e artigos publicados em revistas da especialidade.

João Martins é designer. É professor adjunto no Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Doutorado em Design pela Universidade de Aveiro. Mestre em Design Industrial pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e a Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos. Pós-graduado em Design Industrial pela Glasgow School of Art e o Centro Português de Design. Licenciado em Design de Equipamento pela Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos desde 1995. Membro da AND - Associação Nacional de Designers. Investigador integrado do CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e colaborador do ID+ DESIS Lab albergado no Instituto de Investigação em Design, Media e Cultura [ID +] da Universidade de Aveiro e Universidade do Porto.

Liliana Soares & Ermanno Aparo são doutores em design, investigadores do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e professores no Politécnico de Viana do

Castelo (IPVC), onde lecionam nos cursos de Design. Liliana, professora adjunta, é designer, coordenadora da licenciatura em Design do Produto do IPVC e está a terminar um pós-doutoramento em Design na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Ermanno, professor coordenador, é arquiteto, coordenador do Polo IPVC do CIAUD e concluiu um pós-doutoramento em Design na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Os dois têm proferido várias palestras em conferências e publicado artigos de investigação em revistas académicas nacionais e internacionais. Desenvolvem projetos de investigação & desenvolvimento com o território empresarial. Em 2019 e 2020 venceram o A'Design Award na Categoria de Design de Instrumentos Musicais.

Luís Mota é designer. Professor adjunto do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, lecionando na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG). Colaborou com os Cursos de Licenciatura em Design do Produto (DP), Design de Ambientes (DA), Engenharia da Computação Gráfica (ECGM), Cerâmica Artística (CA) e com o Mestrado em Design Integrado (MDI). Membro efetivo do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), do Polo Norte do mesmo centro de investigação. As temáticas privilegiadas

do seu campo de ação no âmbito do design são a Humanização do projeto e do produto em Design e a mobilidade sustentável. Profissionalmente, desenvolveu diversos projetos no domínio do design do produto, gráfico e ambientes interiores.

Helder Dias é professor e artista. Nasceu na cidade do Porto no ano de 1973. Concluiu em 1997 a licenciatura em Artes Plásticas – Pintura na Faculdade de Belas Artes da mesma cidade. Em 2002 obteve o grau de mestre em Artes Digitais – Multimédia, pela Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa. Atualmente, está a realizar o doutoramento na Universidade Nova de Lisboa, no departamento de Ciências da Comunicação e da Linguagem. Desde 1999 que concilia a docência (primeiro na Escola das Artes da UCP e depois no Instituto Politécnico de Viana do Castelo), com a sua actividade como criador. As suas áreas de interesse são o desenho e as artes digitais, nomeadamente, a investigação sobre processos de composição. Destaca-se também a sua participação em diversos projectos transdisciplinares.

Ana Filomena Curralo é natural de Viana do Castelo. Fez o Doutoramento em Arte e Design na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, licenciou-se em Design de Comunicação (ESAD

– Matosinhos) e bacharel em Design de Produto (ESTG-IPVC). Efetuou o Mestrado Typo/Graphic Studies no London College of Communication, University of Arts, em Londres. Em 2021, concluiu Pós-Doutoramento na Universidade de Aveiro, desenvolvendo o projeto “Contributos para a História do Design em Portugal”. Com vasta produção científica publicada, é Professora Adjunta no Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Atualmente é investigadora do ID+ Instituto de Investigação em Design, Media e Cultura, e da UNIDCOM/IADE – Unidade de Investigação em Design e Comunicação.



ambientes
curso de
design



DESIGN
DO PRODUTO



Design
Integrado
Mestrado



ipvc



CRIA
Centro em Rede
de Investigação
em Antropologia



CER
CENTRO
DE ESTUDOS
REGIONAIS



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



CULTURA
NORTE

ISBN 978-972-9397-86-8



9 789729 397868